



PROGRAMA PSOL/PCB - ELEIÇÕES 2018 (Diretrizes Gerais)

PODER POPULAR NA CONSTRUÇÃO DO PIAUÍ

1. Atendendo às orientações e normas da legislação eleitoral, a coligação Poder Popular na Construção do Piauí, formada pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB, encaminha à Justiça Eleitoral, no ato de inscrição da chapa composta pela candidata a Governadora Maria Sueli Rodrigues de Sousa (Professora *Sueli*) e pelo Vice Governador Francisco José da Silva (*Chiquinho da Luta*), o PROGRAMA DE GOVERNO PARA O ESTADO DO PIAUÍ: DIRETRIZES GERAIS, com as propostas de políticas e ações prioritárias a serem defendidas pela Coligação PSOL/PCB no Pleito Eleitoral de 2018.
2. Convém salientar que este não é um documento conclusivo, devendo ser enriquecido e aperfeiçoado, razão pela qual o PSOL/PCB continua colhendo contribuições ao longo de todo o processo eleitoral, através dos diferentes estratégias e mecanismos de comunicação, articulação, interação e diálogo entre o Povo do Piauí e o PSOL/PCB.

INTRODUÇÃO

3. O objetivo do presente documento é, em atendimento às normas da legislação eleitoral, dar visibilidade e publicidade ao PROGRAMA DE GOVERNO PARA O ESTADO DO PIAUÍ: DIRETRIZES GERAIS, com os subsídios para dialogar com a população do Piauí e, ao mesmo tempo, indicar compromissos do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Partido Comunista Brasileiro - PCB.
4. A concepção do presente Programa tem como base as diretrizes nacionais dos partidos PSOL e PCB, sintonizadas com a realidade local. Além disso, sua construção se apoia em estudos, discussões e acúmulo de conhecimentos construídos na relação dos partidos PSOL e PCB com a realidade social, econômica e ambiental do Estado do Piauí, especialmente por meio da atuação militante nos movimentos sociais.
5. A concepção do Programa PSOL/PCB tem como alicerce o compromisso com a transformação social na perspectiva socialista, com ações ancoradas em três eixos: superação das desigualdades e afirmação das diferenças; radicalização da democracia com

participação popular e a defesa do trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as piauienses, fortalecendo a produção local para o consumo local.

6. Assim, as políticas e ações traçadas, em linhas gerais, nas áreas abaixo relacionadas, apresentadas como diretrizes, deverão ser postas ao apreço da população no momento eleitoral e, em caso de a coligação ser a escolhida para governar o Estado do Piauí, servirão como ponto de partida para o Planejamento Participativo do Mandato Popular.

2018 É UM CAMPO ABERTO PARA POSSIBILIDADES

7. A crise econômica e política que se aprofundou no Brasil nos últimos anos foi resultado de uma política de conciliação de classes realizada pelo PT e de sua preferência por manobras políticas palacianas, em contraposição à construção de uma alternativa popular, resultando em sua autodestruição política e na realização de um golpe que trouxe a público a face oculta da aliança petista: o conservadorismo do PMDB personificado no golpista Michel Temer.

8. Enquanto isso, no Estado do Piauí, vivia-se uma grande expectativa pela aparente retirada de antigas oligarquias, que se consolidava, entretanto, em consonância com uma composição heterogênea que refletia os mesmos vícios políticos do PT nacional. Uma aliança com setores conservadores que desejavam manter a sua força e poder em detrimento do povo.

9. Com o avanço dos problemas estruturais provocados pela exploração capitalista e a divisão social do trabalho, o aprofundamento da crise atingiu profundamente o Estado do Piauí nos últimos anos, colocando-o na periferia da economia regional. O estado que sempre amargou a gritante desigualdade e o baixo índice de desenvolvimento humano passou a ocupar, a partir de então, o 4º pior IDH da federação (0,646 – IDH 2010).

10. Os baixos índices colocam o Piauí como um dos Estados mais vulneráveis na lógica capitalista, sempre ocupando os piores lugares nos itens de segurança, sustentabilidade, desenvolvimento humano e econômico. (Ranking de competitividade dos Estados, 2016).

A NOSSA TAREFA É CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA DE PODER POPULAR PARA O PIAUÍ

11. A aliança entre o PSOL, PCB e os Movimentos Sociais vem apontar para a necessidade de construir uma autêntica alternativa para os trabalhadores, movimentos populares e organizações políticas, comprometidas em um processo de criação e fortalecimento de poder para o povo do Piauí.

12. As candidaturas do PSOL/PCB propõe uma Campanha Movimento, estruturada na perspectiva de contribuir para a organização da Frente Anticapitalista, Anti-imperialista e Antifascista, apresentando um programa de superação do capitalismo e apontando para a construção de um bloco político contra-hegemônico.

13. Mesmo sob condições adversas, o PSOL/PCB entende que as eleições são um momento importante na vida política do país. Um momento em que os partidos e forças políticas podem apresentar-se diretamente, levando sua visão e sua avaliação quanto às condições de vida dos trabalhadores, seu entendimento quanto às causas profundas dos problemas que afligem a maioria da população e, principalmente, suas propostas para a construção de uma nova sociedade.

14. Para o PSOL/PCB, as precárias condições de vida da maioria dos(as) trabalhadores(as), a exclusão do mundo do trabalho a que é submetida um grande contingente da população e a escassez de empregos com garantias sociais – aposentadoria digna, moradia, assistência à saúde e acesso à educação – são problemas causados pelo sistema capitalista e pela dominação burguesa imposta sobre a classe trabalhadora, que se efetivam por intermédio da propriedade privada – as fábricas, os bancos, os latifúndios, o controle do poder político sobre a difusão das informações pela grande mídia e outros meios.

O ESTADO DO PIAUÍ NOSSO!

15. O território, hoje identificado como Estado do Piauí, teve, historicamente, uma origem centrífuga – o que não é nada extraordinário considerando que esse espaço político-geográfico é produto de um processo de colonização. Entretanto, o estado piauiense contou com uma diferença primordial em relação aos outros: a ocupação desse território se deu para atender interesses predatórios de outros territórios brasileiros, correspondendo, não a uma colonização, a priori, para esta terra, mas como suporte para outro

modelo de exploração empreendido a nível interestadual, a exploração como suporte para outras explorações do Brasil.

16. Passada a fase colonial, começou-se o período da exploração de maniçoba e do algodão, mantendo-se intactas as estruturas herdadas do período anterior e as mesmas políticas sócio-econômicas, com diferenças consideráveis. O interesse pelo potencial territorial do estado acabou se extinguindo, o que resultou na sua dependência das políticas assistencialistas sob o argumento da seca, até o final do século XX e início do século XXI. Essa lógica só foi quebrada com a chegada dos gaúchos no sul do Piauí, em função da exploração dos cerrados que até então eram considerados cerrados marginais. Porém, como os cerrados centrais já estavam excessivamente explorados e toda a terra já tinha proprietários, os imigrantes passaram a procurar os cerrados marginais, com muitas queixas relacionadas à falta de apoio do governo do Piauí, o que resultou na proposta de separação do estado.

17. Posteriormente, no início do novo século, tem-se o início de uma nova lógica administrativa no Estado que atuou no sentido de mudar a relação centrífuga para uma relação centrípeta, ou seja, uma dinâmica de dentro para fora.

18. A nova racionalidade contou com importantes passos para instituí-la como lógica do poder administrativo do Estado: fez conferências regionais para identificar o potencial produtivo de cada região, diagnosticar quais os principais problemas que impediam o desenvolvimento, identificar quais as expectativas para alavancar o desenvolvimento do Estado e romper com a dinâmica de pedinte assistencialista movido pela seca.

19. Como resultado da dinâmica referida, ocorreu uma nova divisão administrativa do Estado em territórios de desenvolvimento através de uma Lei Complementar, a de nº 87 de 22/08/2007, que foi orientada pelo PLANAP – Plano Nacional de Desenvolvimento das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, que sinteticamente mostrava que o Piauí, para adotar essa nova lógica de desenvolver-se com vetor voltado para si, precisava organizar-se a partir de quatro aspectos: I - fortalecimento das instituições com formação sobre desenvolvimento e o Estado do Piauí capazes de gerenciar os territórios de desenvolvimento; II - fazer a gestão sustentável dos recursos naturais com definição de áreas prioritárias, desenvolvimento florestal e programa de conservação da biodiversidade; III - desenvolvimentos dos arranjos produtivos locais pela ovinocaprinocultura, caju, apicultura, agricultura irrigada; extrativismo vegetal e mineral e IV – a atuação do Esta-

do com apoio do governo federal na produção de infraestrutura hídrica, para transporte, energia e saneamento.

20. Essa nova lógica pôde ser percebida em dois momentos: a lógica vegetal e a lógica da mineração. A primeira se deu com a soja, o eucalipto para celulose, com a mamona, junto com as barragens sobre o rio Parnaíba e a Transnordestina, que resultaram em violações de direitos de povos tradicionais e quilombolas e sacramentaram o fracasso do projeto da mamona e do eucalipto, permanecendo apenas o plantio de soja que já existia. A segunda fase tem, atualmente, sua ligação com a atividade de mineração, agregada à energia eólica e solar e a repetição dos ataques aos direitos das populações tradicionais e quilombolas.

21. Num contexto desses, o que pensar para um Estado que seja voltado para o nosso povo e nossa terra?

22. Há dois equívocos na lógica desenvolvimentista apresentada: o primeiro relacionado ao desenvolvimento que não mudou sua lógica centrífuga – é o que revelam, inclusive, os dados apresentados pela Fundação CEPRO, órgão de pesquisa do Estado, quanto aos dados do produto interno bruto em 2015. A aposta exclusiva no desenvolvimento agropecuário e com uso das condições ambientais não só manteve a mesma lógica de desenvolvimento, como não superou o motor de desenvolvimento do Estado, que são os serviços prestados por Teresina que ocupam quase a metade do PIB.

23. Segundo resultados da Fundação CEPRO, órgão de pesquisa do governo do Estado, o Produto Interno Bruto dos Municípios em 2015, no ranking dos cinco maiores PIBs por município, apresenta Teresina em primeiro lugar, seguida de Parnaíba, Picos, Uruçuí e Floriano. As estatísticas mostram ainda que, de 2011 a 2015, as três primeiras posições não se alteraram, que apenas os municípios de Floriano e Uruçuí trocaram de posição e que o PIB municipal de Teresina representa 45,03% do PIB do Piauí; Parnaíba, Picos, Uruçuí, Floriano, juntos, têm 12,72% e os demais municípios somam 42,25% do PIB de todo o estado.

24. Ou seja, quase a metade da riqueza produzida no Estado é de Teresina, com destaque para o setor de serviços, com 76,37% da economia municipal. Pode-se concluir, portanto, que o maior produtor de riquezas do Estado é Teresina, pelos serviços que presta. E já era assim antes das pretensas mudanças na lógica da racionalidade administrativa do Estado.

25. O outro equívoco é quanto a quem se destina a riqueza produzida, isto é, a riqueza não está voltada nem para o povo nem para o território Piauí, mas para os empresários, inclusive de outros países. Isto nos faz concluir que estamos em pior situação que a anterior a esta nova lógica, já que estamos tão pobres quanto antes e com o nosso patrimônio ambiental atacado em todos os territórios do pretense desenvolvimento. Em resumo, estamos outra vez dependentes de políticas assistencialistas.

26. Voltamos a ter que pensar a lógica de atuação do Estado para voltar-se para si, seu povo e seu território e enfrentar a especulação sobre as terras do nosso Estado para extrair matéria prima do nosso chão, das nossas árvores, das nossas águas, dos nossos ventos e até da quantidade de energia solar que nos cobre.

27. O Piauí, como Estado nosso, precisa voltar-se para nós e para seu povo, a fim de juntos potencializarmos nossa atuação, em especial, na prestação de serviços, já que esta representa quase a metade de nossas riquezas produzidas, bem como potencializar os arranjos produtivos de cada localidade a partir da agricultura familiar, que é a que alimenta o nosso país.

28. As grandes empresas do agronegócio que quiserem ficar aqui terão que se submeter às nossas leis ambientais, numa política ambiental com institucionalidade forte voltada para proteção da agricultura familiar, dos povos tradicionais, quilombolas e indígenas. O estado será o incentivador da captação de energia solar e eólica pelas populações locais em parceria com as universidades federais e estaduais do Estado por meio de incentivos fiscais para a agricultura familiar. Dessa forma inverteremos a lógica e ao nosso benefício.

29. O Piauí que queremos se constituirá a partir da valorização da cultura local e por meio de uma lógica que perceba as nossas potencialidades e a nossa capacidade de produzir riquezas e serviços, com garantia de infraestrutura para deslocamento, comunicação, acesso à água e energia, e de prestação de serviços de saúde e educação públicas, gratuitas e de qualidade.

EIXOS DE SUSTENTAÇÃO DAS DIRETRIZES DO PROGRAMA DO PSOL/PCB
(ELEIÇÕES 2018)

30. EIXO 1 - SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES E AFIRMAÇÃO DAS DIFERENÇAS (mais para quem tem menos! No Piauí há lugar para todas/os!)

- 31. **O Piauí é o Estado com maior desigualdade do Brasil (IBGE/PNAD 2013)**

- O Índice de Gini do Piauí (que mede a distribuição da renda) passou de 0,546 em 2012 para 0,566 em 2013;
- O Piauí tem o segundo menor rendimento médio mensal de todos os trabalhos (R\$ 1.037,00);
- Os homens e mulheres do Piauí tiveram rendimento de R\$ 1.107,00 e R\$ 922,00, respectivamente;
- O Índice de Gini também indicou que a distribuição de renda foi mais desigual entre os homens (0,572) do que entre as mulheres (0,549). Sendo que o resultado masculino representa o maior nível de concentração da renda entre homens ocupados do país;
- Os serviços básicos como abastecimento de água tratada e coleta de lixo estão abaixo dos 70%; a média nacional ultrapassou os 85%;
- A coleta de esgoto tem apenas 1,8% de cobertura; no Brasil é de 59,0%;
- Tem o segundo pior índice de fornecimento de energia elétrica (95,9% em 2012 e 97,3% em 2013); a média nacional chegou aos 99,6%.

32. As desigualdades sociais vem causando um intenso processo de desumanização, que se expressa em violências que historicamente vitimam a classe trabalhadora e os setores oprimidos e marginalizados, por razão de gênero, geração, orientação sexual, território de perecimento, dentre outras. O Estado brasileiro e piauiense, por meio de sucessivos governos vem colaborando e, por vezes, assegurando a manutenção desse quadro, através de compromissos firmados com a classe dominante, especialmente em momentos eleitorais.

33. As desigualdades econômicas, políticas, de renda, de gêneros, de territórios e outras, inerentes ao modo de produção capitalista, baseado no lucro fácil, no enriquecimento

ilícito e na corrupção levam à degradação humana e ambiental, comprometendo o futuro do planeta, do país, do Piauí e das novas gerações.

34. Diante dessa constatação o governo do PSOL/PCB promoverá mudanças estruturais na política e na economia do Estado, com estratégias que alterem o modo de fazer política, tornando-a espaço de promoção da igualdade, pelo reconhecimento das diferenças, das opressões e das exclusões históricas e, a partir dessa compreensão, adotará medidas que alterem a ordem de prioridade na aplicação dos recursos públicos e na atenção do governo.

35. Assim, o governo será um governo popular, orientado por valores socialistas e ecosocialistas, ancorados nos princípios da soberania popular, na escuta sincera e honesta das pessoas e das organizações, transformando dores, sofrimentos e necessidades sentidas nas periferias das cidades, no campo, nas comunidades e grupos organizados em orientações da política de governo, por entender que o primeiro passo para a superação da desigualdade é dar voz e vez aos/às ausentes dos postos de poder e de decisão, fazendo com que esses clamores se convertam em planos de governo, que orientem o planejamento do Estado e a aplicação das políticas públicas.

36. O alcance de tais objetivos exigirá a aplicação de mais recursos nas áreas sociais, daí também a urgência de alterar a estrutura tributária, tornando-a progressiva, para que detentores de grande fortunas e de privilégios históricos contribuam mais, diferentemente do que ocorre, em que os(as) empobrecidos(as) são os(as) que proporcionalmente mais pagam. Haverá alteração no sistema de alíquotas, aliado ao esforço nacional de estabelecer que a tributação sobre os rendimentos do capital seja maior que a incidente sobre os rendimentos do trabalho (taxação na produção) e que haja a cobrança do Imposto sobre as Grandes Fortunas – uma medida que consta na Constituição desde 1988 e ainda não foi regulamentada.

37. Outra medida importante no processo de incremento das receitas para mais investimentos nos setores sociais, tendo em vista a superação das desigualdades, será a eliminação de subsídios e isenções à projetos de investimento de grandes empresas e grupos econômicos, que incentivam a guerra fiscal, ao custo da degradação ambiental e exploração do trabalho.

38. A Coligação defende também a auditoria cidadã da dívida pública, denunciando a financeirização da economia, que leva à ampliação catastrófica do endividamento públi-

co com cifras astronômicas do orçamento do estado voltadas para à juros e amortizações, enquanto o valor total das dividas externa e interna se elevam a patamares impagáveis, levando os governos a fazerem renegociações escusas, em patamares que só favorecem ao grande capital, sacrificando o potencial de custeio e investimento do Estado em direitos sociais como a saúde, educação, habitação, mobilidade urbana, saneamento e outros. A Auditoria deve resultar na suspensão do pagamento dos juros e amortizações e revisão dos contratos e renegociações.

39. A economia, por decisão política do governo com o apoio da população deve ter uma regulamentação firme e consistente, com controle rígido dos capitais para inibir a especulação, esforço associado à política nacional do PSOL/PCB contrária à autonomia do Banco Central, que deve ser transformado em instrumento de afirmação da soberania nacional frente ao imperialismo.

40. EIXO 2 - RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR (não ao governo de conchavos com os ricos! Poder Popular!)

41. As instituições da democracia brasileira não têm respondido aos interesses da maioria do povo. São instituições capturadas pelo poder econômico, corroídas pela corrupção e pela impunidade, distanciadas de uma representação legítima da população. Os processos eleitorais, instrumentos de legitimação de governantes, constituem-se em espetáculos de *marketing*, enganação e falsas promessas. O poder econômico é determinante, definindo resultados eleitorais ilegítimos.

42. No Brasil e no Piauí há uma intensa crise de representação da política tradicional e das instituições públicas. O PSOL/PCB se apresentam como partidos que, na disputa institucional, defendem que o poder que vem das ruas, das lutas, das organizações, se apresentem como instrumentos para contribuir com a democratização do poder e politização da política.

43. Por isso, em nosso governo, as instituições apodrecidas e vazias de representatividade devem ser refundadas, para que correspondam à vontade popular. Devem ser criados mecanismos de democracia direta, que permitam ao povo tomar a política e a economia em suas próprias mãos, para colocá-las a serviço dos interesses da maioria. Desse modo compreendemos que a revogabilidade dos mandatos dos políticos é um instrumento fundamental na construção de uma viva e participativa democracia.

44. Defendemos uma reforma política real que supere a ideia de política como um grande negócio, viabilizado por disputas financiadas por empresas privadas; que promova e garanta a participação dos setores historicamente alijados da vida política, como mulheres, negros, LGBTs e outros, atualmente sub-representados.

45. Também será necessário empreender a participação e controle social sobre as políticas públicas, promovendo o fortalecimento dos conselhos e fóruns de gestão das políticas públicas. O Controle social também deve se realizar sobre as instituições e os agentes políticos, estabelecendo o fim da impunidade aos “criminosos do colarinho branco” e seus privilégios (enquanto os presídios estão abarrotados de pobres); a ampliação dos instrumentos de fiscalização e controle, com um combate sistemático e implacável à corrupção por meio de uma cultura de fiscalização e controle social popular.

46. A construção do governo democrático será viabilizada por meio da participação popular na construção da política de reforma urbana e reforma agrária, na discussão e controle da prestação dos serviços, pelos grupos de base em suas assembleias populares, com autonomia para avaliar o governo e os serviços públicos, analisar os balanços das contas públicas, bem como apontar prioridades para a realização de obras de infraestrutura, com o apoio da assistência técnica de órgãos e dos meios e espaços de comunicação oficiais do Estado, fazendo com que as informações sejam difundidas de modo acessível à todas as pessoas, como um direito da cidadania.

47. Além disso, será fundada uma nova governabilidade: findando o eterno “toma-lá-dá-cá” na Assembleia Legislativa. A relação do Poder Executivo com os parlamentares se dará com base na vontade popular e as mudanças virão não por acordos espúrios, mas pela pressão das ruas.

48. O Estado promoverá constante e frequentes debates com a sociedade, servidores e estudiosos das áreas em Conferências Estaduais Temáticas para subsidiar as ações nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública e Assistência Social. Constituirá as administrações regionais, como instâncias de participação popular; criará os conselhos populares de fiscalização de obras e serviços; intensificará a formação e apoio integral aos conselhos e coordenadorias da mulher no Estado e garantia de condições para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas de combate às desigualdades de gênero, raça e etnias.

49. EIXO 3 - DEFESA DO TRABALHO E VALORIZAÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS PIAUIENSES, FORTALECENDO A PRODUÇÃO LOCAL PARA O CONSUMO LOCAL (o trabalho move o estado; trabalhadores/as movem a cultura e a economia)

50. O trabalho é central na vida em sociedade. Pelo trabalho a sociedade produz sua própria existência, cria e recria a vida. Contudo, na sociedade capitalista o trabalho foi apropriado e tornado parte da estratégia de exploração e exclusão social; foi subsumido a mercadoria, exploração e alienação; de modo que a exploração da força de trabalho se tornou central no processo de produção de lucro e de geração e manutenção das desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais.

51. A coligação PSOL/PCB entende que trabalho não se resume a emprego ou ação econômica específica. É parte da atividade humana de interação com a realidade, tendo em vista a satisfação de necessidades individuais e familiares. Visto que o mundo do trabalho se complexificou, ele tem agregado diferentes atividades e, ao mesmo tempo, tem mantido atividades consideradas não produtivas, do ponto de vista econômico clássico, que não têm o objetivo de produzir lucro, mas o sustento do núcleo familiar. Outra dimensão diz respeito às economias baseadas na solidariedade, em que as unidades econômicas valorizam a cooperação e a auto-gestão, desafiando a lógica do assalariamento.

52. Tais experiências devem ser valorizadas pelo Estado, através do acesso ao crédito, à distribuição e comercialização do excedente, à formação em gestão compartilhada e relação com a economia tradicional.

53. A categoria que vem sendo denominada de trabalho informal precisa ser repensada, pois, na compreensão dominante, ora está associada à crise do emprego e à reestruturação produtiva, ora à ideia de empreendedorismo, deslocando responsabilidades de promoção de oportunidades e de controle público das relações de trabalho para os indivíduos, que devem demonstrar competência nos negócios independente das crises inerentes ao sistema capitalista.

54. Muito do que está denominado de informal deve ser reconhecido pelo Estado como formas alternativas de produzir trabalho, longe das relações de exploração, considerando-os modos de vida e de produção; o poder público deve dar acesso à fomento e assistência técnica adequada, sem tutelamento.

55. Há também a realidade do trabalho escravo que em tempos de avanço tecnológico revela a face perversa da desigualdade e da exploração, seja por condições degradantes, por jornada exaustiva, servidão por dívida, por trabalho forçado ou restrição do direito de ir e vir. Neste sentido, o Piauí se destaca na chamada lista suja, sem que se verifique ações efetivas do governo na fiscalização, cada vez mais comprometida pelo sucateamento do Ministério do Trabalho e por falta de medidas que obriguem as empresas escravizadoras a reparar danos sociais e familiares, aliadas a medidas de promoção de trabalho e de renda, especialmente na zona rural dos municípios com menor potencial econômico.

56. De modo geral, assistimos no presente o processo crescente de precarização do trabalho, do trabalhador e trabalhadora empregado no setor público e privado. A precarização implica fenômenos como o aumento do trabalho temporário, intensificação do trabalho e perdas salariais, redução da autonomia do trabalhador/trabalhadora, desqualificação de trabalho, ampliação de riscos para a saúde, aumento da instabilidade no emprego, rotatividade estratégica, feminilização da mão de obra; associados a fragilização dos sindicatos e das ações coletivas de resistência.

57. A Lei 13.467/2016 (reforma trabalhista), sob o pretexto de modernizar as relações e diminuir os custos das empresas com o trabalho em tempo de crise econômica, impôs, apesar dos protestos, um conjunto de retrocessos como a prevalência do negociado sobre o legislado, a individualização da negociação trabalhista, a regulamentação do trabalho intermitente, dentre outros

58. Com a terceirização o trabalhador fica a mercê de um patrão que muitas vezes ele sequer conhece. No Piauí, a quase totalidade dos serviços operacionais de limpeza e segurança são atualmente terceirizados. As reclamações dos trabalhadores são constantes, devido à falta recorrente de pagamento e atrasos geralmente de 3 meses. Isto promove uma permanente instabilidade na vida dos trabalhadores, que são obrigados a trabalharem sem receber salário e não tem segurança quanto a recebimento de direitos; há uma permanente rotação na ocupação dos postos e o governo ainda faz politicagem com tais contratações, de modo que parlamentares, secretários, aliados e protegidos se utilizam do “bilhetinho” para realizar as contratações.

59. Diante desse quadro, o governo do Piauí tem se eximido de realizar os concursos públicos, ou quando realiza mediante as pressões de categorias não contrata, sob o ar-

gumento da repercussão na folha de pagamentos e descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

60. Outra situação grave diz respeito à desvalorização salarial dos servidores do Estado. Praticamente todas as categorias de servidores do Estado, apesar de terem Planos de Carreira, aprovados pela Assembleia, por iniciativa do governo, com previsão de reajustes salariais anuais, estão a 5 anos sem reajuste salarial. Em 2018, até os trabalhadores da Educação que estão sob a proteção de Lei Nacional do Piso Salarial não tiveram o reajuste previsto, uma clara situação de ilegalidade do governo.

61. O governo também não demonstra preocupação e responsabilidade com a saúde de 200 mil servidores, usuários do Plano de Saúde Público, deixando de repassar os descontos feitos em folha referentes ao pagamento da rede credenciada. Situação idêntica tem ocorrido em relação ao não repasse dos valores de empréstimos consignados dos servidores, levando-os ao cadastro de inadimplentes. O PSOL/PCB defendem e se comprometem em lutar contra a retirada de direitos, a flexibilização dos direitos trabalhistas, o cerceamento do direito de greve, retaliações ou demissões arbitrárias, por reajuste com ganho real de salário e condições dignas de trabalho e carreira.

DESENVOLVIMENTO (ECONÔMICO E SOCIAL)

62. O desenvolvimento do Estado do Piauí historicamente tem sido movido por uma lógica voltada aos interesses externos e contrários ao povo do Piauí, com resultados de empobrecimento e destruição ambiental. Assim foi a colonização em função da exploração pecuária extensiva contra povos originários, a fim de atender a Portugal por meio da exploração sob o comando dos Estados da Bahia e Pernambuco; com a maníobra para atender interesses ingleses acionados pelos Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará; com o algodão para atender a interesses ingleses acionados pelos Estados de São Paulo e o eixo centro-sul; com a cera de carnaúba para atender a interesses ingleses acionados pelos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte; e com a soja para atender interesses europeus sustentados pelos gaúchos.

63. Na última década, o governo do Estado declara como política central o desenvolvimento pela exploração vegetal e mineral acrescidas da exploração energética de sol e vento, sendo a exploração vegetal por intermédio da soja, do eucalipto, do algodão e da fruticultura irrigada e mineral com ferro, níquel e opala.

64. O viés que efetivamente atua como rendas no Piauí é a política de transferências, seja por meio de benefícios previdenciários, com a aposentadoria especial de trabalhadores rurais, por meio de programas federais de transferências ou por meio de transferências fiscais. A economia da maior parte dos municípios piauienses é, portanto, movida pelas transferências.

65. A produção agrícola e vegetal tem atuação secundária, em razão do seu pouco retorno para o Piauí e a produção mineral e energética constam como expectativas de violação de direitos das populações locais. A única exploração mineral efetiva é a de opala no município de Pedro II e de diamante, no município de Gilbués, com drásticos danos ambientais e pouco retorno econômico para a população local.

66. A lógica de desenvolvimento proposta pelo PSOL é de radical compromisso com os interesses locais, fortalecendo a produção local para o consumo local, em especial a agricultura familiar e camponesa, com garantia de todos os direitos e proteção socioambiental.

67. Propostas Desenvolvimento (Econômico e Social):

- política de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa com valorização de expressões culturais locais, extensão rural, incentivos fiscais, créditos, reforma agrária e regularização fundiária;
- levantamento da estrutura fundiária do Estado e regularização fundiária com priorização da agricultura familiar em comunidades tradicionais, quilombolas e sem terras;
- identificação da vocação socioambiental de cada município piauiense para definir e redefinir perfis territoriais;
- vinculação da política fundiária e ambiental aos comitês de desenvolvimento territorial;
- promover a identidade do Estado garantindo seu papel de coordenador da produção econômica e dos serviços prestados com garantia de direitos, proteção socioambiental e valorização da cultura local;
- adotar a políticas públicas para organizar e coordenar os serviços prestados no Estado e nos principais municípios com potencial de produção econômica, com valorização da cultura e economia local.

68. Na área fiscal, especificamente, o governo Wellington Dias afirma que houve uma melhora significativa, especialmente na parte da infra-estrutura para potencializar a arrecadação, cujo principal imposto do Estado, o ICMS, entre os anos de 2006 e 2010 chegou a praticamente 70% do valor do ano de referência, configurando um aumento médio anual de 13,4%. Ainda, segundo o governo, a arrecadação do ICMS, durante o ano de 2017, teve um incremento de 11,14% na arrecadação (R\$ 3.786.550.910,57), se comparado com o ano de 2016 (R\$ 3.406.923.558,00), o que representa um acréscimo de quase 380 milhões de reais.

69. Apesar disso, a população do Estado vem sofrendo as consequências do ajuste fiscal do governo Wellington Dias, com a aprovação da Emenda Constitucional do teto dos gastos públicos, em sintonia com o ajuste do governo Temer, sob o argumento da crise, apesar de o próprio governo afirmar que houve, no último período, incremento na principal fonte de receita própria do Estado, o ICMS.

70. O PSOL entende que a situação fiscal do Estado deve ser equacionada com medidas sustentáveis, articuladas com uma reforma tributária que considere o potencial de arrecadação, tendo em vista as desigualdades de renda e o lucro das grandes empresas, evitando, assim, a dependência dos repasses da união e ampliando o potencial de investimentos em obras de infra-estrutura, o incremento de salários e melhoria das carreiras.

71. Outra medida importante é a redução de gastos do governo e dos poderes, com a criação de novas secretarias, pagamentos de gratificações, isenções, subvenções, dentre outras, bem como um tratamento público e transparente da Dívida Ativa do Estado, com execução dos devedores, visando o ingresso dos recursos devidos nos cofres públicos.

72. Propostas Economia/Política Fiscal:

- Melhoria no quadro funcional da SEFAZ, com novas contratações, incremento salarial e valorização de carreira;
- Atualização sistemática do cadastro mercantil, visando a atualidade da arrecadação, com política de taxaçaõ que cobre mais das empresas que mais arrecadam;
- Propor uma política de alíquotas levando em consideração as desigualdades entre potencial de contribuição tributária da pequena e da grande produção no Estado, tendo em vista a justiça fiscal e tributária, com progressividade na taxaçaõ;
- Implementar reformas fiscal e tributária no Estado, considerando as especificidades da produção própria e do processo de organização da economia, tendo em vista o desenvolvimento local;
- Auditoria da Dívida Pública do Estado.

GESTÃO PÚBLICA E FUNCIONALISMO

73. A fim de ajustar-se às reformas adotadas pelo neoliberalismo em escala mundial, com sua acumulação flexível, para superação da crise, os detentores do capital afirmam que a crise é de Estado e assim desviam a atenção da contradição existente em um modo de produção que precisa ampliar os lucros, através do aprofundamento da exploração do trabalho, carecendo para isso, do apoio do Estado. Por esse discurso, é o Estado que precisa ser reformado para continuar a atender seus compromissos, escondendo o fato de que a reforma do Estado vem atender às necessidades de interesse do capital, que está em crise não por causa da participação do Estado na questão social, mas pela ampliação da produção de mercadorias no contexto em que o trabalhador tem cada vez mais baixa condição de consumo, por causa da perda do poder de compra.

74. Nesse contexto são empreendidas as chamadas reformas de Estado, que visam reduzir os gastos com políticas sociais (Estado mínimo) e aumentar a participação do Estado nas atividades do capital (Estado máximo). Nesta lógica o Estado ideal seria aquele que deixa o mercado livre de qualquer interferência, em que tudo fica a disposição das leis de oferta e procura.

75. O Governador W. Dias, eleito para o atual mandato com 63,08% dos votos, realizou ao longo dos seus mandatos recorrentes mudanças que denomina reformas administrativas. Porém tais medidas tem servido basicamente à acomodação de forças políticas aliadas e até setores de partidos políticos adversários, numa postura de cooptação generalizada.

76. Caso tivesse compromisso com a mudança de mentalidade político-administrativa do Estado e da estrutura arcaica da máquina pública, teria aprofundado os mecanismos de participação popular e tornado a máquina mais ágil, transparente e funcionando em favor dos setores explorados e excluídos. Ao invés disso, extinguiu órgãos estratégicos e criou novos órgãos sem explicar para a população a importância dessas organizações, considerando o número de cargos destinados aos mesmos. Além disso, perdoou dívidas e irregularidades acumuladas por tais órgãos em razão da irresponsabilidade gerencial praticadas por gestores do passado que são os novos aliados do presente.

77. Com a criação dos novos órgãos, criou também as condições para abrigar os aliados políticos em cargos conhecidos como “cargos de confiança”, desvalorizando, como fizeram os demais governos, os funcionários públicos de carreiras, conhecedores dos órgãos, das suas rotinas e procedimentos. O PSOL compreende que a política do cargo de confiança representa uma imoralidade na gestão pública do Estado. Eles asseguram que a máquina pública seja gerida como propriedade privada de governantes – ao invés da confiança emanar do público, ela vem do gestor que passa a ter fiéis escudeiros para os seus mandos e desmandos.

78. Enquanto predomina essa lógica totalitária na definição do gasto público, se multiplicam os escândalos, como foi o caso EMGERPI, da FINATEL, do DETRAN, da SASC, cujas acusações foram esquecidas e os acusados premiados com novos cargos em outras secretarias.

79. A reforma do governo W. Dias foi, assim, um dismantelamento da máquina para azeitá-la no cumprimento de fins particulares. O IAPEP e o PLAMTA, em consonância com as ações do governador, participaram de medidas nefastas. O servidor e a servidora passaram a pagar adicional por consulta e exame, enquanto assistimos as constantes reclamações quanto ao péssimo atendimento no PLANTA e descredenciamento de hospitais e clínicas, apesar dos repasses religiosos do(a) assegurado(a).

80. Outra imoralidade que se presencia como parte desta mesma lógica são as contratações irregulares de servidores públicos pela terceirização de mão-de-obra, pelos favorecimentos a ONGs do terceiro setor e pela entidade do movimento popular e sindical que funcionam atualmente como verdadeiras empresas, contribuindo para a privatização do Estado pela desresponsabilização do mesmo diante das suas obrigações com o serviço público. Parte da lógica neoliberal existente no Brasil, essa política se realiza como uma orientação geral, observada pelos governos federal, estaduais e municipais.

81. Na última Sessão da Assembleia Legislativa do ano de 2016 o governo Wellington Dias aprovou, na Assembleia Legislativa do Estado, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 03/2016, que estipula um teto para os gastos públicos para todos os poderes estaduais, por um período de 10 anos, em sintonia com a Emenda Constitucional nº 95/2016, aprovada pelo governo Michel Temer.

82. Outra medida prejudicial aos trabalhadores foi a aprovação da lei que aumentou o valor da alíquota providenciária, de 12 para 14% (passando de 11% para 13% em janeiro de 2017 e 14% em janeiro de 2018), para os servidores que recebem até R\$ 1,2 mil.

83. Medidas como essas são facilmente aprovadas na ALEPI devido à maioria forjada pelo governo, às custas de criação de cargos e acomodação de deputados e lideranças de partidos aliados políticos, não por motivo de sintonia programática na condição do governo, mas como meio de assegurar apoio necessário a determinada governabilidade que retira direitos dos trabalhadores e aprova, sem questionamentos, as matérias de ingresso do governo e assegura condições para manutenção no poder. Em março de 2018, havia 14 suplentes de deputados no exercício do mandato na ALEPI. Nesse caso, os titulares, apesar de afastados, têm gabinetes e assessores mantidos com o erário público. O jornal “Globo News” de 04/12/2016 noticiou que o Piauí possuía 21 secretarias em sua estrutura governamental e ocupando a terceira posição, com o maior número de cargos de secretariado, ficando atrás somente do Pará, com 29 secretarias e do Maranhão, com 28.

84. Outro dado grave: o governo vem adotando também uma postura de ataque aos movimentos sindicais do Estado quando não repassa o desconto da contribuição sindical dos servidores, deixando tais sindicatos sem recursos para realizarem suas atividades cotidianas, inclusive de organização e mobilização dos trabalhadores contra as ações do governo.

- 85. **Gestão Pública e Funcionalismo: propostas**

- Capacitação permanente dos trabalhadores do serviço público do Estado, com repercussão na carreira e no salário;
- Ingresso na carreira por concurso público e combate às terceirizações e precarização do trabalho;
- Realizar concurso público com garantia de contratação dos aprovados;
- Aumento real de salário e progressão nas carreiras;
- Ocupação de cargos públicos com critérios técnicos, preferencialmente por funcionários de carreira do Estado;
- Garantia de pagamento aos fornecedores e prestadores de serviços de forma ágil e transparente;
- Aperfeiçoamento dos instrumentos e estratégias de controle interno e externo;
- Realizar auditoria nos contratos de concessionárias, permissionárias, Parceria Público-Privadas e nas dívidas e renegociações de dívidas do Estado, a fim de verificar se estão de acordo com o princípio de supremacia do interesse público;
- Implantação de indicadores e mecanismos próprios de avaliação sistemática das políticas públicas do estado, com vistas na reordenação e(ou) aperfeiçoamento das mesmas;
- Revogação das reformas do governo Wellington Dias que implicam atentado aos direitos dos trabalhadores;
- Redução das diferenças salariais, superando a realidade de baixos salários da maioria dos trabalhadores do Estado e as disparidades entre o maior e o menor salário.

COMBATE À CORRUPÇÃO

86. De acordo com estudos realizados por variados institutos de pesquisa, a corrupção aparece reiteradamente como um dos principais problemas do país na opinião dos brasileiros.¹ Basta observar o cotidiano nacional para perceber que os discursos sobre a polí-

¹ <http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2016/02/8-problemas-extremamente-graves-do-brasil-na-opinio-dos-brasileiros/>
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1923431-saude-continua-o-principal-problema-ciado-por-entrevistados-diz-datafolha.shtml>

tica estão centradas quase exclusivamente em aspectos morais. Não por acaso, os candidatos enfocam, sempre que possível, que possuem “as mãos limpas”, que vão “varrer a corrupção”, fazendo com que as grandes questões do Estado, da política, da economia e da cultura sejam reduzidas a juízos simplistas de bom/mau ou honesto/desonesto, de modo que um grave problema nacional tem servido de álibi para a despolitização da população.

87. Nos últimos anos, esse sentimento de negação da política por razões supostamente morais tem sido amplificado em virtude das repercussões da Operação Lava-Jato na sociedade. Malgrado se trate de uma investigação necessária por envolver a suspeita de malversação de recursos da maior empresa pública nacional, os grandes meios de comunicação em associação com os partidos de direita e com *thinks thanks* neoliberais têm se aproveitado da atuação – algumas vezes seletiva – das corporações judiciais para criminalizar a política, apontando a privatização do patrimônio público como única solução possível para o problema.

88. Desse modo, o que se verifica no debate público nacional sobre o tema da corrupção, pelo menos desde tempos udenistas, é o uso conveniente de uma justa indignação do povo brasileiro para impedir a reflexão e, conseqüentemente, a ação política sobre as grandes questões da nação. É por essa razão que todos os cidadãos sabem e, corretamente, se indignam contra o roubo de dinheiro público realizado pelo vereador de uma cidade do Piauí, mas pouco se revoltam quando tomam conhecimento que a Vale do Rio Doce foi privatizada por R\$ 3,3 bilhões no mesmo ano em que obteve um lucro líquido de R\$ 12,5 bilhões; ou quando são informados que os cinco maiores bancos brasileiros continuaram lucrando acima de R\$ 50 bilhões de reais em meio à crise de 2016, em parte pela injustificável taxa Selic instituída pelo Banco Central.²

89. Esse diagnóstico das distorções no combate à verdadeira corrupção não significa que os pequenos desvios de recursos públicos devam ser desconsiderados. O PSOL enquanto partido socialista advoga de maneira intransigente pela investigação de quaisquer atos de corrupção, seja pública ou privada, seja cometido pelo executivo, pelo legislativo ou mesmo pelo judiciário, ministério público, tribunal de contas, etc. Para tanto, acreditamos que uma verdadeira solução para o problema não seja possível negando

² <https://www.pstu.org.br/a-fraude-da-privatizacao-da-vale-do-rio-doce/>
<https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2016/desempenhoDosBancos2016.pdf>

a atividade política e tampouco confiando cegamente em instituições que se utilizam do manto da técnica e da impessoalidade para agir de maneira corporativa e partidarizada.

90. A pequena e a grande corrupção somente podem ser enfrentadas, a contento, a partir de uma *praxis* política que radicalize a democracia, instituindo mecanismos de participação popular nas variadas instâncias do Estado, de modo a construir formas de controle social do poder. Podemos e devemos avançar no sentido de fortalecimento dos mecanismos internos de fiscalização, dotando a Controladoria Geral do Estado do Piauí de maior autonomia ou acabando com as indicações eleitoreiras para o Tribunal de Contas do Estado, por exemplo.³ Mas o passo fundamental será dado com a abolição progressiva da separação entre governantes e governados, de modo que a maior participação das pessoas na política possa erigir uma cultura de zelo e compromisso com o patrimônio público.

91. Propostas de Combate à Corrupção:

- Combater a corrupção com controle social popular das políticas públicas e da gestão pública;
- Aperfeiçoar os processos de controle das instituições;
- Garantir transparência e amplo acesso aos balanços e balancetes das contas públicas;
- Realizar processos sistemáticos de formação de conselheiros, lideranças populares e a população em geral a respeito do orçamento público do Estado.

GOVERNO E MOVIMENTOS SOCIAIS

92. O Brasil, país de dimensões continentais, sempre teve uma tradição no processo de organização popular em torno de reivindicações de pautas e demandas específicas. Expressão da organização da sociedade civil em busca de soluções das contradições de classe nas diversas esferas, os movimentos sociais surgem como elemento político de pressão para exigir que os governos resolvam as contradições da sociedade.

³ <https://jornalggn.com.br/noticia/como-o-governo-haddad-estruturou-o-combate-a-corrupcao-em-sao-paulo>

93. A tradição de luta do povo brasileiro sempre expôs a fragilidade dos governos que, de forma geral, não pensam na resolução dos conflitos e nem em políticas públicas que possam sanar esses problemas históricos do país. Há o exemplo da Reforma Agrária, que mesmo sendo um elemento importante para o destrave da economia dentro da própria lógica do sistema capitalista, no Brasil, é tratada como um tabu que, além de ser silenciado enquanto demanda efetiva da sociedade, os seus articuladores e organizadores são perseguidos e mortos.

94. O governo Dilma (PT) gerou um verdadeiro desserviço para a luta popular com a criação da Lei Antiterrorismo, que criminalizou os movimentos sociais e acabou dando cobertura para o fortalecimento da ofensiva burguesa.

95. No Piauí, os movimentos sociais que são hegemonizados pelo PT acabam servindo como bombeiros da luta de classes, refreando o ímpeto dos trabalhadores que lutam. E em contrapartida, aqueles movimentos que não fazem parte dessa hegemonia são fortemente reprimidos, ignorando-se o seu compromisso histórico com as diversas lutas que deram muita força e fôlego para o próprio PT em épocas outras.

96. Para nós do PSOL/PCB, os movimentos sociais são a mais pura expressão das demandas reprimidas dessa sociedade e de suas contradições de classe. Devemos manter um diálogo fraterno e de busca de entendimento para sanar os problemas apresentados pelos movimentos, respeitando a sua independência política e buscando a construção de saídas para fazer o Piauí ter um desenvolvimento político social e econômico junto com o povo e seus protagonistas.

- **97. Governo e Movimentos Sociais: Propostas**

- Respeitar a autonomia dos movimentos sociais;
- Um mapeamento dos movimentos e demandas, com um estudo e diagnóstico do que já foi feito e o que pode ser desenvolvido dentro de um plano estratégico para as demandas dos movimentos sociais organizados;
- Promover debate público com movimentos sociais que tenham integrante indicada para o governo;
- Formação de um comitê permanente que deve se reunir anualmente para avaliar o que foi desenvolvido para acompanhar os processos de ações integradoras;
- Criação da Secretaria Especial dos Movimentos Sociais para articular politicamente as demandas populares, subordinada a Secretaria de Direitos Humanos.

EDUCAÇÃO BÁSICA

98. A educação tem sido alvo de sistemáticos ataques da burguesia que, não satisfeita com a dominação dos setores de produção, quer alijar uma das possibilidades de ascensão social da classe trabalhadora. Basta verificar os indicadores sociais dos grupos sociais e étnico-raciais do Piauí para observar as desigualdades de oportunidades educacionais expressivas entre ricos e pobres, brancos e negros no acesso à educação formal do nosso estado. A burguesia e o governo compensam a indigência do nosso povo com ignorância nas demandas dos que vem de baixo.

99. O PSOL/PCB e movimentos sociais se apresentam numa coligação como alternativa ao povo do Piauí afirmando que é tempo de romper com o círculo vicioso da escolha binária entre o ruim e o menos ruim. Os partidos que governaram até aqui nosso estado se mostraram ineficientes para pensar e implementar políticas que garantam uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada, ou seja, uma educação libertadora para nosso povo.

100. Na perspectiva de reinventar um novo modelo de educação para nosso estado que dê conta das necessidades dos piauienses é necessário abrir um amplo e democrático processo de participação civil, repactuando o que foi rompido pela implementação de políticas ilegítimas, conservadoras e entreguistas, pela aprovação da PEC nº 03/2016 que congela por 10 anos os investimentos em políticas públicas no estado, inviabilizando o cumprimento das diretrizes, metas e estratégias do Plano Estadual de Educação

(PEE), além de promover o sistemático rebaixamento salarial e perda de poder aquisitivo dos trabalhadores em Educação, por falta de reajuste.

101. Prova disso é o que levou os trabalhadores, liderados pelo SINTE, a uma greve no primeiro semestre de 2018, com sério risco de comprometimento do semestre letivo. O governo em flagrante ilegalidade se negou a aplicar o reajuste definido nacionalmente, baseado no índice de reajuste do Piso Nacional Salarial da categoria, fixado em 6,81%. Diante da relutância do governo, a categoria recorreu à mediação do Poder Judiciário, junto ao qual foi celebrado acordo de pagamento parcelado (6,81% para professores em maio, 3,15% para funcionários também em maio e a mesma porcentagem para funcionários em setembro). O governo resolveu autoritariamente descumprir o acordo e enviou um projeto de Lei à Assembleia fixando o reajuste em 2,95%. Diante desse quadro de descaso, ilegalidade, autoritarismo e arbitrariedade do governo Wellington Dias, os estudantes estão sem aula e quem perde é toda a sociedade.

102. Os baixos índices de escolaridade e elevados de analfabetismo no Estado exigem que educação seja prioridade, dada a repercussão que este setor tem nos demais que compõem a estrutura social. Porém, não é isso que presenciamos. Segundo a PNAD divulgada em 21 de dezembro de 2017, 17,2% da população piauiense, acima de 15 anos, não consegue escrever um bilhete simples, como "Maria vai ao mercado" e que por isso é considerada analfabeta, contrastando com o índice nacional de 7,2%. Entre os pretos e pardos com mais de 60 anos de idade está a situação mais grave: 30,7% de analfabetos, enquanto o analfabetismo na população branca, de 15 anos ou mais, representa 4,2%, que também não é satisfatória. A mesma pesquisa indicou que no Piauí a população es-tuda em média somente 6,3 anos, enquanto no Distrito Federal estuda 10,1 anos.

103. Enquanto isso, o Piauí não consegue organizar uma política sustentável, eficiente e coerente com a realidade do Estado para Educação de Jovens e Adultos, esta que tem a importante função de reparar a desigualdade educacional, promovendo acesso e permanência na escola com qualidade. Dados do MEC/INEP do período de 2004 a 2013 indicam que há permanente flutuação no número de matrículas na EJA, queda vertiginosa entre 2010 e 2013 (de 171.602 matrículas em 2010 para 98.298 em 2013) e, como vemos no dado anterior, essa queda não representou superação do analfabetismo. A política de atendimento tem causado sérios problemas, a exemplo da interrupção de matrículas nos Centros de Educação de Jovens e Adultos, os chamados - CEJA, e Núcleos de Educação de Jovens e Adultos - NEJA (parte do sistema semi-presencial), sob pretexto

da elaboração de uma nova proposta pedagógica. Observa-se, diante dos discursos e propostas de mudanças que representam manobras para manter a situação do analfabetismo e de baixa escolaridade inalterada.

104. Outro problema que não vem sendo enfrentado com a responsabilidade necessária é o atendimento educacional a adolescentes e jovens em medidas sócio educativas e no sistema prisional. Pelos dados do Ministério da Justiça, há um enorme desajuste entre população e atendimento (2.927 pessoas encarceradas em 2012 e 294 atendidas na educação, representando um percentual de 10,04%).

105. O Piauí também enfrenta o desafio do fechamento de escolas no meio rural. Em 2010 mais de um terço da população do Estado vivia no campo. Porém, em um período de 10 anos, mais de 2 mil escolas foram fechadas, criando, assim, a demanda do transporte escolar, que vem sendo denunciado como moeda de troca de gestores públicos e sangria nos cofres públicos.

106. Outro fenômeno preocupante é o da militarização. Segundo o Manifesto por uma Educação Pública de Qualidade “militarizar as escolas com educação antidemocrática e autoritária reforça a ideologia reacionária do autoritarismo e o elitismo da ordem vigente. A disciplina e hierarquização escondidas sob o epíteto de ‘Ordem Unida’ como prega a escola militar torna as pessoas submissas. É na verdade o sacrifício do espírito criativo, a imposição de uma obediência cega e acrítica, o sepultamento de uma educação para a autonomia e para a liberdade.” São ao todo 59 escolas que possuem a nomenclatura de “Colégio ou Escola Militar”, entre federais, estaduais e privadas. Dessas 59, apenas 6 informaram ter alunos/as com necessidade especiais, sendo que o número de matrícula informada por escola não passa de 3 (esse número aparece apenas no Colégio da Polícia Militar de Goiás e na Unidade Polivalente Modelo Vasco dos Reis) nas demais não passa de 2 estudantes com deficiência, o que reforça a exclusão educacional, não só de jovens muito pobres como também de jovens que têm alguma deficiência (física, auditiva, mental ou múltiplas). Outro fator importante diz respeito à condição socioeconômica das famílias dos/as alunos/as que estudam nessas escolas: em 18 delas foi informado como muito alto, 18, alto, 06, médio, 14, médio alto e 01 médio alto (02 escolas não informaram a condição socioeconômica dos alunos/as). Percebe-se que em nenhuma escola estuda alunos/as com renda baixa ou muito baixa como aparece na maioria das escolas públicas do país, e em especial, do estado do Piauí. Ressalta-se,

ainda, que as medidas de militarizar escolas são tomadas pela atual secretaria de Educação, esposa do governador, sem discussão com a sociedade.

107. No Ensino Médio, especificamente, devemos construir uma educação comprometida com a superação dos processos de subalternização e construção da emancipação, com a reinvenção do ser humano. Neste sentido, serão necessários esforços para aperfeiçoar processos curriculares que considerem os valores e a cultura local, na relação com a totalidade, a partir de uma postura crítica e criativa, articulados às construções pedagógicas, valorização dos trabalhadores da educação e melhoria na infra-estrutura, qualificando e ampliando o alcance social dos órgãos de elaboração, gestão e controle da educação do Estado, visando a qualidade da escolarização e, principalmente a formação humana. Nesse mesmo contexto há, contraditoriamente, a relação pouco conhecida da SEDUC, por meio de seus gestores, com o Instituto Unibanco (instituição do sistema itaú-unibanco) a quem vem sendo entregue o processo de formação continuada dos gestores e coordenadores pedagógicos da rede, sem nenhum tipo de controle social, restando também saber o que essa relação implica em termos de gastos econômicos e imposição de determinada qualidade referenciada na lógica mercantil, gerencial e “bancária”.

108. As repercussões da reforma do ensino médio também causam preocupações. Dados os problemas na formação que se verifica na escola pública, há, ainda, a possibilidade de rebaixar ainda mais a qualidade, diante das exigências de obrigatoriedade do ensino de português e matemática, em detrimento de outras áreas de formação. Além do mais não há informações quanto às medidas locais que estão sendo empreendidas no sentido de alterar a base curricular, conforme exigência da lei aprovada.

108. Problemas e desafios como esses, associados aos níveis insatisfatórios de formação de professores, baixa qualidade dos prédios escolares, falta de professores, com docentes atuando fora de suas áreas de formação, salários rebaixados, precárias condições de trabalho, dentre outros fatores, devem ser tratados no contexto de uma política de estado e de governo comprometida com a transformação educacional e social, pela aposta na educação como prática de liberdade.

- **109. Propostas para a Educação Básica:**

- Revogação da lei do teto dos gastos e implementação das metas e estratégias do Plano Estadual do Educação;
- Ampliação do volume de recursos próprios do Estado na educação;
- Abrir ampla discussão com a sociedade sobre a reforma do ensino médio e os desafios e ampliar e qualificar a formação no Piauí;
- Discutir e implementar uma política própria de avaliação, incluindo as diversas dimensões da formação escolar, incluindo a gestão democrática, baseada nos princípios da educação laica e libertadora;
- Realizar um esforço concentrado para superar o analfabetismo no Piauí;
- Melhoria permanente da infra-estrutura básica das escolas;
- Investir na formação continuada dos trabalhadores em Educação;
- Assegurar o atendimento da Lei do Piso Nacional do magistério
- Adotar medidas de incentivo aos municípios para que não haja fechamento de escolas do campo;
- Auditar os contratos do transporte escolar e com empresas prestadoras de serviços educacionais no Estado;
- - Aperfeiçoar mecanismos de gestão democrática descentralizada da educação, incluindo a eleição de gestores, em discussão com a comunidade escolar e a sociedade

ENSINO SUPERIOR

110. A Educação Superior no estado do Piauí tem na Universidade Estadual do Piauí – UESPI sua principal instituição. A UESPI é a única IES do estado em funcionamento em todos os territórios, garantindo a formação superior do povo piauiense em várias áreas de conhecimento e promovendo o desenvolvimento do Piauí, através do ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, em 32 anos de funcionamento, a UESPI tem sido refém de governos neoliberais e oportunistas que atacam a IES, descumprindo diversas leis que protegem o Ensino Superior Público e Gratuito. O sucateamento da principal instituição de formação de professores e professoras do Piauí é uma realidade que precisa

ser superada e, para isso, há diversos elementos que devem ser considerados imediatamente pelo Governo do Estado do Piauí.

111. A ausência de professores efetivos, a contratação de professores substitutos com salários irrisórios, a falta de infraestrutura mínima para o funcionamento dos cursos de graduação, a pouca oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a ausência de um programa estadual de assistência estudantil, o descaso com os servidores terceirizados, a falta de autonomia financeira e administrativa, a ausência de incentivo à pesquisa e extensão são exemplos de como a UESPI tem sido tratada pelos governos do estado. Isso reflete diretamente na qualidade da formação dos professores e professoras da Educação Básica, principal razão de existência da UESPI.

112. As mesmas desigualdades presentes na sociedade estão também na Universidade, de modo que os cursos técnicos e à distância estão voltados para a parcela de trabalhadores(as) que, sem assistência estudantil, precisa rapidamente deixar a universidade, por isso encontramos universidades no interior de universidades. Nas dependências físicas e administrativas da UESPI, por exemplo, temos de um lado a Universidade Aberta do Piauí (UAPI), para excluídos(as), seja pela condição de serem pobres, seja por viverem em territórios distantes e desassistidos. Para esses, o discurso oficial é de que devem agradecer a oportunidade nunca antes dada e, de preferência, elogiar seus cursos, sob pena de estarem desvalorizando seus próprios diplomas.

113. A UAPI foi criada através de decreto n 16.933 de 16 de dezembro de 2016, como um programa de ensino, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no Estado do Piauí, por meio de estratégias de inovação tecnológica. O primeiro vestibular da UAPI ofereceu 3 mil vagas para curso superior de Bacharelado em Administração na modalidade à distância, realizados em 60 municípios distribuídos nos 12 territórios de desenvolvimento do Piauí. Os recursos para o financiamento da UAPI são provenientes do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), segundo informações disponibilizadas, à época, foram destinados inicialmente 26 milhões de reais nos quatro primeiros anos⁴. Já as informações de 2017, dão conta que, naquele ano, a modalidade na UESPI, contou com incremento dobrado em relação

⁴ Disponível em: <https://nead.uespi.br/uapi>. Acesso em 20 de abril de 2018.

ao ano anterior, isto enquanto os recursos para cursos presenciais foram reduzidos em 28% e as vagas do presencial reduzidas em 24%.⁵

114. No ano de 2018 a UAPI/UESPI lançou novo edital com mais 3 mil vagas, agora perfazendo 6 mil vagas ofertadas, na mesma modalidade, à distancia, novamente para o Curso de Bacharelado em Administração e em 60 novos municípios, chegando a alcançar atualmente 120 municípios. Porém, o governo já anuncia a universalização do ensino superior do estado, por meio da educação à distância. Há cursos ofertados em municípios onde já existe o mesmo curso na modalidade presencial. Daí as perguntas: se o objetivo é levar a educação superior às populações desassistidas, por que ofertar onde existe presencial? Se há recursos, por que não priorizar os cursos presenciais? A verdade é que mentem! O que pretendem é sucatear a universidade e transformá-la em um centro de formação pobre para pobres. Mais um detalhe: essas decisões são tomadas entre a administração superior da UESPI e o governo do estado, sem que as instâncias internas à universidade sejam sequer consultadas.

115. De um lado a UAPI, do outro e também dentro da UESPI temos, ainda hoje, a conhecida FACIME, que apesar de ter sido tornada um centro, utiliza estratégias para funcionar como faculdade, com uma autonomia maior que a dos outros centros. A FACIME cuida da formação dos médicos e médicas, grande parte dos(as) estudantes originários(as) de outros estados que contam com a assistência financeira de suas próprias famílias, geralmente situadas na classe economicamente alta. Trata-se de um modo de promoção de Universidade e de conhecimento baseado na hierarquização das áreas do conhecimento, com a maior parte dos recursos disponibilizados às conhecidas “ciências duras” e biomédicas, onde, no discurso predominante se encontram os pesquisadores(as) “mais produtivos”.

116. A presença da UESPI em todos os territórios do Piauí garante o acesso ao Ensino Superior público e gratuito às classes trabalhadoras nos interiores e na capital. Em cada um dos seus 12 campi em funcionamento, a UESPI presta serviços à população tanto nas cidades-pólo como nas cidades circunvizinhas através do ensino, pesquisa e extensão e, também, da assistência estudantil. Neste sentido, a UESPI é uma instituição estratégica para o desenvolvimento humano, social, econômico e tecnológico do Estado do

⁵ Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/piaui/em-2017-uespi-dobrou-recorso-de-ead-e-reduziu-vagas-do-presencial-310593.html>. Acesso em 20 de abril de 2018.

Piauí. Tal importância estratégica, entretanto, só se efetiva na prática na medida em que sua qualidade seja assegurada.

- 117. Propostas para a Educação Superior:

- Cumprimento do Artigo 224 da Constituição do Estado do Piauí, inciso II, que garante o repasse de cinco por cento da receita proveniente de impostos para a UESPI, com garantia de repasse do duodécimo;
- Cumprimento do Artigo 228 da Constituição do Estado do Piauí que garante a AUTONOMIA administrativa e financeira da UESPI;
- Realização de Concurso Público para professores efetivos garantindo o pleno funcionamento dos cursos de graduação dos 12 *campi*;
- Contratação de professores substitutos apenas em casos de afastamento de professores efetivos;
- Equiparação salarial dos professores substitutos e efetivos, garantindo a isonomia;
- Construção, reforma e ampliação dos *campi* em funcionamento garantindo infraestrutura adequada para os cursos de graduação e para os estudantes, com residências universitárias, creches e restaurantes universitários em todos os *campi*.
- Elaborar sistema próprio de avaliação dos cursos à distância, que deem suporte à decisões relacionadas à oferta;
- Tomar como diretriz de governo acadêmico a oferta de cursos à distância somente como processo de aperfeiçoamento, evitando a realização dos mesmos na formação inicial;
- Incentivo à abertura de programas de pós-graduação *scriptu sensu* na capital e demais municípios;
- Implantação de um programa estadual de assistência estudantil;
- Auditoria imediata da Limpel e regularização dos servidores terceirizados da UESPI.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

118. A produção da ciência e da tecnologia é um legado da humanidade e dela deve estar a serviço, contribuindo para assegurar vida com saúde, bem estar e acesso à outros direitos. Contudo, no contexto da sociedade capitalista, marcada por grandes desigualdades e exclusões econômicas, sociais, culturais e territoriais, a ciência e a tecnologia estão concentradas à serviço de poucos(as).

119. Mas por que a ciência e a tecnologia não é posta a serviço de todos(as) se é a nação brasileira que paga pelo seu alto custo? Por vários motivos, um desses diz respeito ao modo predominante de produção do conhecimento nas instituições de ensino e, destacadamente nas universidades que, na lógica neoliberal, privatizante, baseada no produtivismo, cada vez mais é levada a apostar na produção individualizada, para ofertar ao mercado pacotes tecnológicos maximizadores de lucros de grandes empresas; tudo isso com o apoio do Estado, quando desregulamenta a carreiras docente e retira cada vez mais a autonomia das instituições e quando prioriza a formação técnica em detrimento da científica e tecnológica. Nessa perspectiva, o trabalho é tido como uma mera atividade de mercado, sem valor educativo e apartado do exercício da cidadania.

120. A formação realizada nesses moldes se volta para assegurar as chamadas *competências*, que pode ser traduzida em uma construção psicologizada que leva os estudantes e famílias a pensarem que a colocação no mercado ocorre quando as pessoas são *competitivas, empreendedoras e abertas a novas oportunidades*. Como o Estado cada vez mais se retira da responsabilidade de fazer o controle e a regulação das relações de trabalho, essa responsabilidade vai sendo aos poucos assumida pelos excluídos do mundo do trabalho e pela Universidade; ou seja, se não há o acesso ao emprego e à ascensão social é porque ou as pessoas não estão qualificadas ou são incompetentes.

121. Com esse nível de exigência, as relações de solidariedade e trabalho coletivo na produção da formação e do conhecimento perdem força, e a Universidade, sob o argumento de que não pode perder tempo, passa a atuar ao sabor das oportunidades do mercado, alinhando a essas a sua oferta de cursos e de vagas, sempre no intuito de formar rapidamente a mão de obra e liberá-la ao mercado. Assim, assistimos às consequências do alijearamento da formação e o atrelamento da Universidade às políticas eleitoreiras dos governos em troca de financiamento de campanhas. Além de concederem incentivos fiscais, instalam *campus* e pólos onde estão os empreendimentos, sem nenhuma consulta à comunidade acadêmica. Outra consequência é a retirada da base científica

dos currículos para torná-los cada vez mais técnicos e operacionais, inclusive na pós-graduação, com os mestrados e promessas de doutorados profissionalizantes. Um reforço nesse sentido são os cursos à distância: são menos custosos, porque praticamente não contam com professores e outros agentes educativos das carreiras escolares e desprovidos da pesquisa e da extensão.

122. Neste sentido, vale destacar que o Poder Público é agente central no processo e na promoção da ciência e tecnologia, posto que no Brasil e na América Latina as universidades públicas concentram praticamente toda a pesquisa existente. Porém os investimentos são muito baixos. Segundo o presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí - FAPEPI, o governo brasileiro nos últimos quinze anos investiu somente cerca de 1% do PIB [Produto Interno Bruto] em ciência, tecnologia e inovação. No ano de 2017 esse percentual caiu para 0,1%⁶.

123. Há, junto ao baixo investimento no ensino superior, a prioridade na maximização dos lucros do mercado, enquanto aquele poderia ser uma das grandes urgências de interesse comum e público, na resolução de problemas relacionados à convivência com a seca no nordeste e no Piauí, à preservação dos ecossistemas, às alternativas de transporte e mobilidade, à alimentação, ao uso racional da água, à superação do analfabetismo e à prevenção de mortes por epidemias e tantas outras.

124. Há também o reforço à modernização conservadora das exclusões. No caso do Piauí foi criado em 2014 o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), como uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que tem sede nacional no Rio de Janeiro. A estrutura física do CETEM no Piauí está no *Campus* Poeta Torquato Neto da UESPI (diga-se de passagem, na UESPI não há cursos de mineração, geologia ou similares). Esse laboratório foi instalado enquanto vários cursos existentes, há mais de 20 anos reivindicam laboratórios, sem serem atendidos. À época o então Secretário de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis do Piauí afirmou que “todos nós sabemos do potencial do Piauí na área da mineração e este Centro vai proporcionar condições necessárias para pesquisar esse potencial, buscando novas formas de aproveitamento do minério, identificando novas tecnologias no processo de exploração e colo-

⁶ Disponível em <<http://clubesat.com/geral/governo-esta-sucateando-a-ciencia-diz-presidente-da-fapepi/>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

cando o Piauí no cenário de desenvolvimento tecnológico mineral”⁷. Essas decisões igualmente são tomadas sem discussão da comunidade acadêmica.

125. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia exigem processos de iniciação ainda na graduação. No ano de 2018, contando com mais de 25 mil alunos, a UESPI ofertou 198 bolsas para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e 7 para o Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), sendo que parte delas, as que são financiadas com recursos próprios do estado, a julgar pelo que vem acontecendo, por vezes, são pagas com atrasos médios de 3 meses.

126. O problema do baixo financiamento da pesquisa como atividade cotidiana das universidades e institutos especializados, vem contribuindo sobremaneira para a alteração das identidades dessas instituições, nas quais, segundo a Constituição do País, deve haver a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A falta de financiamento adequado vem provocando, dentre outros problemas, segundo o ANDES (2013, p. 36), a “desativação de laboratórios, a desintegração de grupos de pesquisa, a ausência de uma política de apoio aos grupos emergentes, a evasão de cientistas para o exterior, o aumento da indução de aposentadorias de pesquisadores em plena atividade”.

127. O ANDES (2013) denuncia que nas últimas décadas, o binômio Ciência e Tecnologia (C&T) foi transformado em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Como se inovação não fosse sempre decorrência do desenvolvimento cultural, científico e tecnológico, afirma também que essa mudança não foi inocente: a chamada inovação foi elevada à condição de objetivo central da pesquisa científica. Ressalta que essa distorção não só é utilitarista (o que já seria um forte argumento para questioná-la), mas é também o veículo por meio do qual se pretende subalternizar a universidade ao capital (o eufemismo usual é “setor produtivo”). Neste cenário a pesquisa passa a ter seu valor medido pela adaptação ao mercado, às necessidades do capital. O resultado é uma pesquisa cada vez mais fragmentada, desqualificada – que nem mesmo os índices produtivistas conseguem ocultar – e descompromissada com as condições sociais e econômicas a que está submetida a maioria da população brasileira.

128. Neste sentido foi aprovada a Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973, de 2/12/2004), que já está acompanhada do Decreto nº 5.563, de 11/10/2005) que a regulamentava. Trata-se de um avanço decisivo na direção da flexibilização das relações entre

⁷ Disponível em <<https://cidadeverde.com/noticias/155633/centro-de-tecnologia-mineral-da-uespi-sera-inaugurado-em-breve>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

os pesquisadores, as instituições públicas de pesquisa e as empresas privadas. Possibilita que as empresas privadas criem fundos de investimentos para projetos tecnológicos e, para atrair os pesquisadores, oferecem condições para que estes se licenciem de suas instituições para abrirem empresa de base tecnológica nos termos nela definidos. “O docente de universidade pública pode afastar-se de suas funções acadêmicas para constituir sua empresa de base tecnológica e utilizar as instalações e laboratórios existentes na universidade em que trabalha, sem que esta tenha qualquer participação nos projetos e programas por ele desenvolvidos.”(ANDES, 2013, p. 35)

129. Em 2016 foi dado mais um passo nessa reestruturação, com aprovação da Lei nº 13.243/2016, que altera a Lei de 2004. Enquanto a lei anterior permitia convênios apenas com empresas nacionais, a nova lei autoriza com empresas estrangeiras. A nova lei também autoriza o estado nas três esferas a ceder imóveis, sem necessidade de contrapartida financeira, assim como a atuar efetivamente na criação dos chamados parques tecnológicos e de incubadoras. Permite também que os professores de universidades recebam rendimentos pela prestação de serviço. Essa autorização também foi estendida aos estudantes – detalhe: a maior parte desses professores tem regime de Dedicação Exclusiva (DE) nas universidades. Os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) das universidades agora também podem pertencer a entidades sem fins lucrativos independentes das instituições científicas e tecnológicas⁸.

¹³⁰. No Piauí a proposta para o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação já está em processo de discussão. Segundo veiculado pela imprensa local em março de 2017, um grupo de pesquisadores entregou a proposta ao Deputado João de Deus (PT), que se comprometeu em apresentá-lo à Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI) em forma de Projeto de Lei.

131. A Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEPI) é o órgão, no Piauí, responsável pelo fomento à pesquisa. Foi criado em 1993. Seu presidente afirmou que em 2017 os investimentos feitos pela Fundação não chegavam a 0,2% da Receita Corrente Líquida do Estado⁹. Segundo a Constituição do Estado do Piauí, em seu artigo 235 “O Estado

⁸ Disponível em http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2016_7581_mudancas-promovidas-pela-lei-13-243-marco-legal-cti-claudio-nazareno. Acesso em 20 de abril de 2018.

⁹ Disponível em http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2016_7581_mudancas-promovidas-pela-lei-13-243-marco-legal-cti-claudio-nazareno. Acesso em 20 de abril de 2018.

destinará o mínimo de 1% (um por cento) de sua receita orçamentária ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, contudo esses recursos nunca foram repassados na integralidade.

132. Propostas para Ciência e Tecnologia:

- Vincular os projetos de ciência e tecnologia aos interesses da sociedade, à proteção à natureza e da vida da população mais pobre, com financiamento público;
- Discutir a agenda de pesquisa e prioridades nos órgãos colegiados das universidades;
- Estimular a criação de banco de projetos acadêmicos, tendo em vista a captação de recursos do fomento à pesquisa;
- Priorizar o financiamento de projetos coletivos de pesquisa, bem como de pesquisas interinstitucionais;
- Realizar debate amplo sobre o marco legal da ciência e da tecnologia e a incidência na universidade e nos propósitos de produção do conhecimento crítico, livre e socialmente referenciado;
- Assegurar a capitalização do Fundo de Fomento à Pesquisa da FAPEPI e o devido controle social;
- Discutir em processos abertos e participativos o orçamento da universidade estadual;
- Realizar os Congressos do Conhecimento, colocando em diálogo o conhecimento científico e o conhecimento popular.

CULTURA

133. A Cultura é o Povo!

134. Rumo à ciranda do Impossível, Vamos que a Esperança é a gente que Traz!

...Apesar de termos feito tudo, tudo que fizemos, ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais... (Belchior, 1976)

135. Este trecho da música: “Como Nossos Pais”, 1976, Belchior, nos lembra que Somos o que fomos, somos fruto do passado em um presente que constrói um futuro indissolúvel!

136. Cultura é a continuidade de crenças, de valores, de sabores e estéticas. A cultura brasileira é uma salada de cores, de sons, de versos, ritmos e afetos.

137. O fato é que somos partícipes de uma cultura resultante da junção de diversos grupos étnicos que formam a população brasileira.

138. A cultura é base primordial da valorização dos hábitos, costumes, tradições e referências para um povo. A região Nordeste é rica em sua diversidade e manifestações culturais, ainda mais em um Estado como o Piauí, que tem papel importante na construção da identidade do Meio Norte.

139. É fato que a diversidade cultural predominante no Brasil é consequência também da grande extensão territorial e das características geradas em cada região do País.

140. Nós piauienses, somos assim também, diversos, extensos e intensos em criatividade e influências culturais.

141. Mas as nossas vitrines servem para divulgar as linguagens culturais na maioria com valores que não mostram a cara do nosso Estado, de nossas criações, de nossas memórias ancestrais. A cultura das comunidades quilombolas, das comunidades que vivem da agricultura familiar, da pesca, das quebradeiras de côco, as festas de São Gonçalo, de São Benedito, do Divino, do Bumba meu Boi, do pagode do Mimbó, do samba de cumbuca, não chegam ao olhar de nossas crianças, dos adultos em ambientes escolares e muito menos nas casas de cultura reformadas como espaço físico, mas deformadas como espaço de apropriação e empoderamento coletivo na Cidade, no Bairro e na Rua onde elas existem e no campo onde deveriam chegar.

142. Pretendemos costurar um tapete de reconhecimento deste espaço político que é o legítimo fazer cultural do povo, com o povo, e para o povo. Em uma ciranda que una o que vemos e tocamos como o Balé clássico, o toque das flautas e do violão, os textos interpretados com humor, com devoção, traremos para o mesmo tapete através da Secretaria de Educação e da disseminação cultural ensaiada pela a Secretaria de cultura do Estado a força potente no saber de cada povo que compõe a imensidão deste amado Es-

tado, colocando em foco a nossa identidade cultural que tanto amedronta aos secretários estaduais de cultura e totalmente negada e como forma de matar a memória e a identidade de nossa gente.

143. O compromisso do PSOL/PCB com a cultura no Estado pretende também trazer a cultura popular para o centro da dinâmica da cadeia produtiva, elaborando um plano de formação cultural que traga a construção da sua afirmação identitária, especialmente popular. Assim como também, promover as diversas formas de arte como a mais pura expressão do povo piauiense.

144. Trazendo a cena uma construção coletivo dos diversos movimentos culturais e as demais expressões artísticas no campo da música, dança, cinema, pintura, teatro, literatura, folguedos, culinária, exposições de artesanatos, culinária e demais expressões que retratem a alma do povo piauiense.

145. Propostas CULTURA:

- Desenvolver uma política de cultura que enfrente o epistemicídio, a colonização do saber e do nosso fazer artístico e cultural, a inviabilização de nossa estética, a desvalorização das produções intelectuais do povo afrodescendente, a negação da capacidade do Povo não branco em produzir saberes;
- Democratização da gestão da política de cultura no Estado do Piauí;
- Mapeamento dos artistas e grupos culturais para valorizar potencial e diversidade de expressões em todo o Estado;
- Identificar expressões culturais locais, garantindo autonomia na relação com o Estado;
- Destinar recursos para fortalecer a pasta da cultura, com plano de ação denominado “Arte em Toda Parte”, onde teremos um mês específico para ações de promoção da cultura no Estado, com diversos festivais;
- Apoio técnico e incentivo para o fomento da cultura através de incentivos fiscais à empresas que apoiarem as iniciativas culturais no Estado, desde que essas não estejam em desacordo com as normas e exigências éticas e políticas de funcionamento, condizentes com o respeito aos trabalhadores e à não degradação ao meio ambiente;
- Apoio técnico e incentivo para orientar artistas locais a participarem dos editais nacionais de cultura, captando recursos para o desenvolvimento de ações nas diversas áreas e expressões culturais;
- Reestruturação do Sistema Estadual de Cultura do Piauí.

OPORTUNIDADE DE EMPREGO E RENDA

146. Nos últimos anos da consolidação do golpe que levou Michel Temer ao poder, a classe trabalhadora vem sofrendo com sucessivos ataques e retiradas de direitos, que têm colocado os trabalhadores para pagar a conta da crise econômica e política. Essa dimensão perversa se expressa na PEC do fim do mundo (PEC 55) que congelou durante 20 anos os investimentos públicos, na Reforma Trabalhista e a na proposta de Reforma da Previdência que foi adiada, expressões do ataque empreendido contra os trabalhadores do campo e das cidades.

147. Esse tripé de sustentação fragilizado pelas medidas de Temer está também sob ameaça no estado do Piauí, com o fim dos investimentos públicos, a reforma trabalhista e o futuro ataque a previdência que irá atingir diretamente os trabalhadores deste estado. O PT continua adotando medidas contraditórias, tendo uma política que conta com o apoio do financiamento Federal para o fomento da economia, principalmente a que fortalece o agronegócio, sem pensar no desenvolvimento de uma cadeia produtiva local que alavanque a economia do Piauí na política regional e nacional.

148. Avaliamos que a saída para a crise econômica para os trabalhadores no Piauí seja um conjunto de elementos e variações que podem contribuir a médio e longo prazo na possibilidade de avanços e superação das dificuldades do estado que está na 23ª posição no ranking de competitividade, sendo a 4ª pior colocação nacional.

149. Propostas: Oportunidade de Emprego e Renda

- A criação de frentes de trabalho nas macrorregiões do Estado nos municípios centralizadoras. Pensando no desenvolvimento das obras de infraestrutura para fazer avançar a logística e circulação de mercadorias, aumentando a oferta de trabalho e movimentando a economia local;
- Fortalecimento e fomento da agricultura familiar com planejamento e disponibilidade de técnicos agrícolas e veterinários para oferecer o apoio necessário para o desenvolvimento da produção e comercialização dos produtos dos hortifrutigranjeiros, dos caprinos, dos suínos e das demais atividades ligadas à agricultura familiar;
- Avançar no potencial turístico do Estado, explorando as possibilidades da construção de uma cadeia produtiva de turismo, fortalecendo o orgulho e história do estado e suas especificidades locais do Litoral ao Sertão;
- Desburocratizar e incentivar os pequenos empreendimentos por parte das licenças e incentivos fiscais para o fortalecimento do comércio local;
- Promover políticas de acesso ao crédito, fomentando também o processo de formação para a gestão;
- Incentivo às iniciativas de economia criativa, voltado especificamente para a juventude utilizar seu potencial criativo e incentivar uma dinâmica de geração de emprego e renda para a juventude;
- Incentivo às cooperativas de artesanato baseado na cultura extrativista, desenvolvendo o intercâmbio de insumos locais para a formação de uma cadeia produtiva autosustentável com matérias primas local.

COMUNICAÇÃO

150. O cenário de extrema concentração dos meios de comunicação do Brasil demonstra-se uma barreira para a consolidação da democracia. Ao invés de caminharmos para a concretização do direito humano à comunicação como apontam os organismos internacionais, caminhamos para a crescente exclusão do direito de dizer a palavra da maior parte da população, tirando-nos cada vez mais as possibilidades de agir sobre a vida, mesmo em condições de explosão da comunicação digital.

151. A mídia tradicional é comandada por conglomerados empresariais que ditam a economia e a política. Segundo pesquisa das ONG's Repórteres Sem Fronteiras e Intervozes, cinco famílias controlam 50% dos principais veículos de mídia do país. Segundo o Programa Boulos e Guajajara, nas telecomunicações, o quadro também é de oligopólios, com as três maiores companhias controlando 94% da banda larga fixa; 94% da telefonia fixa e 81% da telefonia móvel.

152. Além disso, tais conglomerados não concentram apenas os meios de comunicação, mas também as verbas publicitárias. Tais verbas não são oriundas apenas do setor privado. De acordo com publicação do site Observatório da Imprensa, apenas entre maio e agosto de 2016, as Organizações Globo receberam mais de R\$ 15,8 milhões do governo. No mesmo período, o UOL recebeu mais de R\$ 691 mil e a Folha, mais de R\$ 426 mil, somando a apenas essas duas empresas do Grupo Folha uma quantia superior a R\$ 1,1 milhão (FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO). Deste modo, os meios de comunicação públicos e comunitários acabam por ser a parte fraca da corda, pois ficam ao largo do recebimento de repasses.

153. No Piauí a situação não é diferente. A concentração nos meios de comunicação do Piauí é acentuada. Segundo Donos da Mídia, atuam somente 3 grupos de comunicação: o Sistema Clube de Comunicação, o Grupo Tajra e o Sistema Integrado Meio Norte. Ressalte-se que o grupo Tajra destacado pelo Donos da Mídia, na verdade, dividem-se em dois, que apesar de controlados por pessoas da mesma família, têm redes diferentes, sendo elas Cidade Verde e TV Antena 10. Ainda segundo o mesmo estudo, o Estado totaliza 10 redes de TV atuando, sendo 3 redes de grupos religiosos. No total, são 139 o número de veículos que produzem comunicação no estado (apud, SANTOS, 2015).

154. De outro lado a comunicação pública do estado segue enfraquecida com constantes reclames dos trabalhadores da área, fazendo manifestações e protestos pelo atraso nos salários. A TV e Rádio Antares é o único esboço de comunicação pública do Estado que poderia servir à coletividade, mas não cumpre sua real função, dentre vários motivos, porque seu uso não é democratizado a todos os piauienses, bem como sua estrutura não atende à real demanda e não segue a modernização das tecnologias da informação e comunicação. De outro lado, a TV Assembleia (Estatal), poderia inserir em sua programação a participação da sociedade, já que a o direito à comunicação não está apenas em receber informação, mas também em produzir e gerir tais processos.

155. A comunicação é uma das condições para participação digna na sociedade. Ao contrário disso, os meios de comunicação regionais atingem frontalmente os direitos humanos. Basta observar os programas policiais locais, cuja a criminalização da pobreza, do povo negro e da juventude segue escrutinando qualquer possibilidade de cidadania do nosso povo. Além disso, o padrão machista e lgbtfóbico reina nos meios de comunicação locais e regionais. Outro fator que nos distancia da democratização da sociedade é que as comunicações não ofertam as informações necessárias a nos posicionarmos diante da realidade. O que sabemos sobre o processo de desmatamento dos nossos cerrados, cuja a mola da destruição é o modelo de desenvolvimento que privilegia o agronegócio? O que sabemos das comunidades tradicionais atingidas pelas usinas eólicas? O que os meios de comunicação dizem sobre o extermínio de nossas mulheres e do povo negro que sirva para chegar na raiz do problema social? Ao contrário, os meios de comunicação do Piauí seguem o processo de colonização do saber e do poder, onde o silenciamento da população é trocada pelo espetáculo.

156. Propostas Comunicação:

- Democratização dos meios de comunicação locais e regionais;
- Construção de um plano de comunicação;
- Criação de conselhos de usuários a população possa fiscalizar os meios de comunicação e criar formas de coibir as violações de direitos humanos;
- Aumentar as verbas para melhoria de estrutura e pessoal das TV's e rádios públicas;
- Retomar as propostas da Conferência Estadual de comunicação realizada em 2009;
- Investir nos meios de comunicação comunitários, tornando-os complementar aos meios de comunicação pública. Promover o controle social dos meios de comunicação, evitando o monopólio de corporações e denominações religiosas, preservando o caráter público, democrático e laico;
- Valorizar as rádios comunitárias no Estado, contemplando-as na estratégia de comunicação oficial;
- Distribuir as verbas publicitárias entre os meios de comunicação públicos e comunitários;
- Realizar concursos públicos para os meios de comunicação públicos e comunitários;
- Criação de programas e canais comunitários na TV e no Rádio.

Estabelecer a complementaridade dos sistemas públicos, privado, estatal e comunitário.

SAÚDE

157. A saúde é direito fundamental da pessoa humana e dever do Estado. O povo brasileiro construiu, a partir da luta e de organizações como o Movimento Popular de Saúde - MOPS, o Sistema Único de Saúde, um modelo que serve de inspiração para o mundo. Contudo, antes mesmo de o sistema ser posto em funcionamento na sua plenitude, já assistimos o seu desmonte, com medidas como a PEC 95 que impõe um teto para a aplicação de recursos públicos, afetando diretamente as políticas sociais, dentre essas a de saúde, em uma situação que atinge principalmente as pessoas assalariadas e desem-

pregadas que precisam recorrer aos SUS, uma vez que a realidade do país e do Estado tem demonstrado que cada vez mais as pessoas empregadas destinam recursos para pagamento de planos de saúde, este que também já apresentam problemas no atendimento, sem falar do alto custo.

158. Esse processo de intensificação da privatização da saúde, tanto na prestação do serviço como na gestão (que vem se ampliando com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH), desmonta o SUS e aprofunda a realidade da exclusão e de desassistência da população. As filas nos hospitais à espera de consultas e exames pedem intervenção dos gestores para aperfeiçoar o sistema de regulação e dar maior agilidade ao atendimento.

159. Os funcionários públicos usuários de planos de saúde do Estado (IASPI saúde e PLAMTA) enfrentam a instabilidade na assistência, devido às ameaças e efetivas suspensões de atendimento sob o argumento de não repasse da contribuição mensal arrecadada do servidor. Essa situação envolve 204 mil usuários e mais de 700 estabelecimentos de saúde que são credenciados para realizar atendimentos médicos.

160. É necessário também levar em conta que os problemas de saúde na atualidade são resultantes de um conjunto de fatores como a falta de moradia digna, de saneamento básico e ambiental, a baixa qualidade nutricional da alimentação, contaminação dos alimentos por agrotóxicos, o não tratamento correto da água para consumo, a violência no trânsito, as jornadas de trabalho estressantes, dentro outros problemas, cujas consequências têm forte repercussão na saúde da população. Esses elementos exigem cada vez mais que Estado atue em duas áreas: a primeira corresponde à saúde preventiva, por meio da educação, formação, conscientização, aperfeiçoamento da vigilância sanitária em saúde e de mecanismos que viabilizem a segurança alimentar e nutricional, a educação no trânsito e respeito à mobilidade; e a segunda área corresponde à assistência de pessoas que necessitam de cuidados hospitalares em processos de alta, média e baixa complexidade. Ou seja, o Estado deve adotar medidas que viabilizem a atenção integral à população e que evitem situações de adoecimento.

161. Dentre as medidas de regularização na saúde do estado do Piauí, destacam-se locais de atendimento como a Maternidade Dona Evangelina Rosa, que necessita passar por intervenção ética, pois além do déficit, que segundo informações da SESAPI, em julho de 2018 era de 30 médicos, há denúncias de morte por infecção (3 somente no mês de junho/2018).

162. De acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada no Diário Oficial da União de 30/08/2017, em 2016, enquanto a taxa de mortalidade infantil nacional foi de 13,29 a cada mil crianças nascidas, no Piauí ela é de 19,11. Nesse quadro, a média de crianças com menos de um ano de idade que vai a óbito no Piauí (Taxa de Mortalidade Infantil - TMI) é maior que a média nacional. Segundo técnica da SESAPI, em torno de 80% dos óbitos poderiam ter sido evitados, com assistência adequada ao parto¹⁰.

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER DA POPULAÇÃO – 2002 - 2009			
UNIDADE GEOGRÁFICA			
ANO	PIAUÍ	NORDESTE	BRASIL
2002	66,2	66,4	71
2003	66,5	66,7	71,3
2004	67,8	68,6	71,7
2005	68,2	69	71,9
2006	68,6	69,4	72,4
2007	68,9	69,7	72,7
2008	69,3	70,1	73
2009	69,7	70,4	73,1

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais

¹⁰ <https://www.portalodia.com/noticias/piaui/ibge-aponta-que-a-cada-mil-criancas-que-nascem-no-piaui,-19-morrem-304959.html>

- **163. Propostas para a Saúde:**

- Revogação imediata da emenda constitucionais do teto dos gastos;
- Expandir, descentralizar e qualificar a rede pública de atenção primária, secundária e terciária;
- Reforço as ações de controle social da saúde;
- Valorização salarial dos profissionais da saúde;
- Favorecer processos de formação permanente dos profissionais
- Ampliação do numero de leitos hospitalares públicos;
- Expansão da rede de atendimento psicossocial e comunitária, visando a redução de danos no tratamento de usuários de droga;
- Realização de campanha de valorização do SUS
- Apoio e estímulo a municípios nas ações de promoção à saúde;
- Mudança efetiva do Modelo Assistencial Curativo para um enfoque ou Modelo de Atenção que tenha na Prevenção e na Promoção da Saúde, o foco central de organização dos serviços;
- Prestação de serviços humanizada, acessível e resolutiva;
- Incentivar pesquisas relacionadas à plantas medicinais, considerando os conhecimentos tradicionais;
- Ampliação e descentralização os serviços de atenção especializada;
- Empreender esforços para que haja a revisão das regras de celebração de convênios e de remuneração de hospitais filantrópicos e privados, condicional isenções a atendimentos 100% SUS.

MEIO AMBIENTE – MEIO SOCIOAMBIENTAL

164. O Estado do Piauí nunca contou com política socioambiental e o pouco de política ambiental que há se efetiva por meio de duas estratégias administrativas, a licença ambiental e criação de unidades de conservação e a fiscalização ambiental, que é movida por denúncias recebidas.

165. O órgão que efetiva o licenciamento ambiental é prioritariamente a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, em razão da divisão de competências e da ausência de órgãos

ambientais municipais, que existem em poucos municípios do Estado, o que faz com que o licenciamento de empreendimentos com intervenção local recaiam sobre o órgão estadual e ao órgão federal, o IBAMA, cabendo licenciar apenas o que afeta mais o Estado.

166. O programa de governo do PSOL adotará, ao invés de um política ambiental, políticas socioambientais, por considerar que inexiste condição ambiental sem intervenção humana, que aquilo que afeta o meio ambiente afeta também as pessoas e que o meio ambiente é produzido socialmente.

167. Propostas socioambientais:

- Adoção de políticas estaduais socioambientais orientadas para a proteção ambiental e social, com garantia de direitos humanos e fundamentais;
- Busca de meios para solucionar conflitos no entorno de unidades de conservação, com estratégias de mediação, pagamento de indenizações, promoção de atividades de valorização da cultura local por meio de museus e inclusão da cultura local como parte da visitação às unidades de conservação;
- Fortalecimento da política estadual de educação socioambiental com valorização da cultura tradicional local;
- Proteção aos direitos humanos e fundamentais nos processos de licenciamento ambiental, incluindo o cumprimento da Convenção 169 da OIT;
- Adoção de política de fiscalização socioambiental com viés preponderante de educação socioambiental, com permanente monitoramento remoto por imagens, visitas programadas anuais a cada território e estímulo para que os municípios criem órgãos socioambientais municipais;
- Garantia de aplicação dos recursos oriundos das multas por violação da legislação ambiental a atividades fins que atuem como proteção socioambiental;
- Vinculação do licenciamento ambiental aos comitês dos territórios de desenvolvimento.

168. A Segurança Pública que temos!

O Estado do Piauí é destaque nacional em diversos rankings relativos a violência no Brasil e violação de direitos. De acordo com o Atlas da Violência 2017, entre os anos de 2010 e 2015, os estados de Sergipe (77,7%), Rio Grande do Norte (75,5%), Piauí (54,0%) e Maranhão (52,8%) aumentaram significativamente suas taxas de homicídio. Além disso, o estado do Piauí possui a maior taxa de feminicídios de todo o Brasil, segundo o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Segundo a pesquisa, que comparou dados de 2015 e 2016, do total de mulheres mortas no Piauí no ano passado, 57,4% foram vítimas de feminicídio, que é a morte pela condição do sexo feminino. De acordo com os dados dos Conselhos Tutelares da cidade de Teresina, os casos de abuso sexual infantil dobraram no último ano, o que deveria despertar grande preocupação por parte do Estado.

169. Além disso, o Piauí apresentou os maiores índices de presos provisórios do país nos últimos anos, acompanhado dos estados da Bahia e Maranhão, sem apresentar diminuição dos índices de violência urbana e aumento da sensação de segurança. O problema do encarceramento em massa e superlotação de prisões no Piauí também atingiu níveis alarmantes e absurdos. Os presídios possuem estrutura precaríssima, com rotinas diárias de tortura e adoecimento das pessoas em situação de prisão, conforme constatado por relatórios do Mecanismo Nacional de Combate e Prevenção a Tortura em sua visita realizado neste ano no Piauí.

170. A truculência das autoridades policiais também é diariamente constatada nos becos e periferias do estado, lugares em que políticas públicas voltadas para a educação, saúde, cultura e lazer são inexistentes ou insuficientes. O combate ao tráfico de drogas, maior motivo de prisão de mulheres, homens negros e pobres hoje, serve apenas para criminalizar a pobreza ou matá-la, visto que não consegue barrar a venda e circulação de drogas ou substâncias tidas como ilícitas e apenas continua alimentando um ciclo lucrativo em que uns são presos e morrem, enquanto outros faturam.

171. Enquanto isso, a mídia sensacionalista e os meios de comunicação com as maiores audiências continuam aplaudindo e incitando o derramamento de sangue da juventude

negra e pobre e a violação de direitos humanos como a saída para a crise da segurança pública no Estado, o que de fato já acontece mas não resolve e tem agravado a situação.

172. A Segurança que Queremos!

Propomos a segurança tendo o respeito à Vida e à Dignidade Humana como centralidade. Isso implica uma compreensão do complexo fenômeno da violência como algo que não se restringe aos crimes, mas antes a tudo que fere os princípios indivisíveis dos Direitos Sociais e Humanos. A moradia precária, a falta de estrutura urbana, a escola sucateada ou mesmo sua ausência, o rompimento dos laços de vizinhança e de convivência comunitária e as intolerâncias com relação ao gênero, raça e à diversidade sexual são exemplos disso.

173. Acreditamos que um plano estadual de Segurança Pública deva refletir sobre os processos históricos que construíram as cidades e os diversos territórios e comunidades no Estado Piauí, inclusive pensando a formação do espaço urbano, as dinâmicas de exclusão social, a presença de políticas públicas e garantia de direitos básicos e a intervenção do Estado através do controle social.

173. O “combate ao tráfico” aparece como prioridade nas sucessivas gestões e programas de governo, sem a reflexão sobre o modo ineficaz de tratamento do problema, complicando a questão que gostariam de resolver. Os governos têm apostado no mais do mesmo da intensificação das práticas punitivistas, repressivas e de policiamento ostensivo, sem atentar para uma real reparação e prevenção dos elementos intensificadores da conflitualidade social. Há uma desigualdade econômica e social diante da morte. Como apontamos, os grupos mais suscetíveis ao risco de morrer, isto é, as vítimas preferenciais da violência letal, são jovens negros, do sexo masculino, com baixo nível de escolaridade, moradores das áreas periféricas e pouco assistidos pelas políticas governamentais. Dessa forma, defendemos uma outra política de drogas para afastar a política de drogas do direito penal e aproximá-la da garantia do direito à saúde, com uma política de saúde voltada para a redução de danos.

175. Desmilitarizar a polícia, a política e a vida é uma exigência democrática. A militarização é fruto de uma hierarquização social brutal, alimentada pelos meios de comunicação e mantida por interesses privados. Segurança não é guerra e o povo não é inimigo. Faz-se urgente superar a lógica do “inimigo interno”, desprovido do direito a ter direitos, que realiza um massacre cotidiano entre as camadas populares. Defendemos um

modelo de polícia civil, com controle externo, com plano de cargos e carreiras, plena garantia dos direitos trabalhistas e fundamentado na proteção à vida.

POLÍTICA DE SEGURANÇA

175. A forma como compreendemos a política de segurança visa uma ação integrada que vai muito além do policiamento, mas como parte de uma dinâmica que muda a própria característica da secretaria de segurança pública. Pensamos que a segurança pública deve ser trabalhada como uma Secretaria de Desenvolvimento Social, ampliando o leque de possibilidades para trazer mais segurança para o Estado.

177. Não podemos confundir segurança com o aumento do número de policiais, mas que seja criada uma rede dinâmica que envolva a sociedade no processo de prevenção e proteção com garantia de direitos e uma oferta de serviços e oportunidades.

178. O PSOL/PCB defendem uma ação integrada possibilitando a criação de cursos, espaços de lazer, ações culturais e cursos profissionalizantes, dando ocupação e opções de cultura, diversão e profissionalização nas comunidades.

179. Ações de integração polícia/comunidade com uma política que vise a humanização do policial, baseado no respeito aos direitos humanos e desenvolvendo um sentimento de pertencimento da comunidade.

180. Investimento na área de inteligência, fazendo o mapeamento dos locais de maior incidência de crimes contra a vida e intensificando o trabalho de prevenção.

181. Segundo o Atlas da Violência 2018, o Piauí teve um aumento na taxa de homicídios de 13,8% em 2006 para 21,8% em 2016, sendo registrado 701 assassinatos em 2016. Esse alarmante número de mortes no Estado, é reforçado com uma preocupante realidade das vítimas serem em sua maioria jovens negros com a faixa etária entre 16 e 21 anos (45%) e o constante aumento da violência contra as mulheres com o crime de feminicídio.

182. Segurança Pública e Social

- Elaboração de um plano estadual integrado participativo de segurança pública, junto aos movimentos sociais e entidades da sociedade civil que contemple questões transversais como educação, juventude, esporte e lazer, tendo como foco as políticas voltadas para crianças e adolescentes, levando em conta as questões de gênero, raça e diversidade sexual.
- Mapeamento das áreas de maiores índices de violência e vulnerabilidade social para planejamento participativo junto a essas comunidades visando a construção de políticas públicas, execução de obras e implementação de serviços públicos.
- Recuperação, revitalização e fortalecimento dos espaços públicos e de convivência comunitária, com opções para a comunidade local através de parcerias com entes públicos.
- Controle de Armas: não precisamos da expansão do poder letal do Estado. É necessário investir em ações não-letais e não violentas de controle e redução dos conflitos sociais.
- Fortalecimento da rede socioassistencial: dialogar com outros setores de gestão para integrar ações de prevenção à violência, Secretarias da Educação, Diversidade, Humana, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer para o planejamento de intervenções e aplicação de políticas públicas em áreas de vulnerabilidade social, como periferias e comunidades com carência de direitos básicos.
- Valorização dos profissionais da segurança pública, especialmente em relação às questões salariais, direitos trabalhistas devidos e melhores condições de trabalho para os servidores desses órgãos. Defendemos que o paradigma da segurança está fundamentado na promoção e proteção da vida e da dignidade, é necessário que o próprio profissional de segurança também se identifique como trabalhador/a e tenha seus direitos humanos garantidos. Na lógica da guerra, não avançaremos em nada.
- Cursos de formação continuada realizado em conjunto com moradoras/es e profissionais da segurança pública sob o viés dos direitos humanos e da prevenção a violência racista, machista e LGBTfóbica.

- Investir no aperfeiçoamento da produção de dados, com a organização, integração e sistematização dos bancos de informações das várias delegacias, secretarias de segurança e justiça, bem como dos estabelecimentos prisionais. Instalação de GPS nas viaturas e unidades móveis de policiamento e monitoramento da segurança pública.
- Regulamentação dos programas policiaescos: consideramos como direito fundamental a liberdade de expressão e mídia, mas isso não deve significar tolerância a discursos de ódio e violação de garantias fundamentais.

DIREITOS HUMANOS

183. A política de direitos humanos no Estado do Piauí é inexistente! E pouco que houve/há peca por ausência de atuação e de concepção. A política sempre foi vinculada ao serviço social. Um equívoco, considerando que direitos humanos não se confundem com assistência social, embora tenha relação.

184. Direitos humanos é a condição de ser membro da comunidade política, de ser pertencente à sociedade e, por ser pertencente, ter direito a ter direitos. Ter direito de denunciar a violação ao seu direito, de participar nas decisões políticas e de demandar políticas sociais, técnicas, educacionais e socioambientais para a sua inclusão digna na vida em sociedade.

185. Ter direitos humanos como vinculado à assistência social tematiza a condição de empobrecido que demanda política social, portanto inclui apenas o aspecto de atendimento social e se desvincula da questão da igualdade política e, consequentemente, da sua condição de membro político que participa e constrói a vida social.

186. O resultado da não política de direitos humanos tem sido a configuração de um estado como o maior violador dos direitos humanos por meio da sua política de segurança que elege seletivamente cidadãos e cidadãs como inimigos ao cometerem atos ilícitos; por meio da sua política desenvolvimentista que viola os direitos das populações locais em nome do grande capital; por meio da sua política de cultura e educacional que promove educação e cultura violadora dos direitos humanos; e por meio de todas as suas instituições que, ao atender a população pobre, negra e da periferia, trata-os/as como não pertencentes à sociedade e ao estado brasileiro.

187. A política de direitos humanos do PSOL/PCB compromete-se com a dignidade das pessoas como princípio norteador de toda a atuação do Estado e da sociedade, cabendo criar um órgão específico de direitos humanos que atue interinstitucionalmente com orçamento, pessoal qualificado e infraestrutura que possibilite a sua atuação em todo o estado.

- 188. Propostas para Direitos Humanos:

- Realizar diagnósticos para identificar as violações de direitos humanos provocados pelo Estado e adotar política de reparação;
- Adotar planos de direitos humanos produzidos em conjunto com os movimentos sociais que atuem contra o seletivismo penal, a violação de direitos de povos tradicionais, quilombolas e população local e pela valorização da vida das pessoas negras, pobres e periféricas;
- Realizar campanhas permanentes de valorização de direitos humanos;
- Realizar controle de programas policiais que violam direitos humanos por meio de termos de ajustamento de condutas conforme os direitos humanos;
- Adotar programas de educação e cultura de valorização dos direitos;
- Criar política de incentivo fiscal para os valorizadores dos direitos humanos.

MULHER

189. A violência contra as mulheres encontra-se em todos os espaços da vida pública e privada. Uma realidade cruel que afeta as vidas de todas com dados aterradoros e que demonstram que o Piauí, ao invés de ser um estado de proteção e segurança, tem sido um ambiente de ataque feminicida contra as mulheres de todas as idades.

190. O Estado do Piauí vive uma ampliação de dados de feminicídio. Quase todos os dias há notícias de morte de mulheres por sua condição de gênero. E para romper este ciclo, as medidas de prevenção e de enfrentamento à violência contra a mulher são fundamentais, tendo como medida de prevenção, por excelência, a formação de uma cultu-

ra de valorização das mulheres e de respeito em todas as dimensões da sociedade e do estado.

191. O Estado do Piauí tem um órgão de políticas para as mulheres com baixo orçamento e pouca estrutura, sendo este órgão o responsável por fomentar a atuação de todos os setores do estado, por atuar no enfrentamento à violência contra a mulher e por formar uma cultura de democracia nas relações de gênero e valorização do ser mulher, o que se torna inviável de acontecer, diante das inexistentes condições políticas e financeiras de atuação.

192. Atualmente, os principais órgãos que atuam no Estado em favor das questões de gênero é o aparelho repressor formado por delegacias de polícia, o ministério público, a defensoria pública e o Tribunal de Justiça, todos com concentração na capital. É preciso descentralizar esses equipamentos, ampliar a oferta de abrigo para as mulheres em situação de risco e construir Centros de Referência às Vítimas da Violência nas periferias da cidade. Além destas medidas, é preciso avançar na compreensão de que a rede de assistência não pode ser apenas pós-violência, ao contrário, são necessárias ações de prevenção, autonomia e empoderamento das mulheres.

193. O Estado do Piauí tem multiplicado os casos de violência contra a mulher, com destaque para os casos de feminicídio, que registram um aumento de mais de 30% em relação ao ano de 2017, segundo dados da Secretaria de Segurança do Piauí, chegando a cinco casos em uma única semana, dos quais vieram a público com perfis de chacina, ódio e machismo.

194. Sabemos que a violência contra as mulheres está em todas as faces do Estado patriarcal. O Brasil ocupa o 5º lugar no ranque mundial e o Piauí carrega a pecha de ser o campeão nacional de violência feminicida, como demonstra o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Por sua vez, Teresina, Capital do Piauí, concentra 80% dessa violência, de acordo com recente divulgação pela imprensa.

195. A atuação do Estado para uma cultura democrática de paz condizentes com as relações de gênero demanda ações imediatas para os casos de violência em curso e as já efetivadas, de médio prazo com recorte preventivo e de longo prazo para formar uma cultura de não agressão às mulheres e valorização do ser mulher.

- **196. Mulher: propostas**

- Diagnósticos para identificar as razões de denúncias que resultaram em mortes de mulheres e as razões da ampliação dos casos de feminicídio;
- Mudança na atuação dos órgãos que devem proteger as mulheres para que denúncias não sejam deixadas passar e para que as mulheres disponham de pronto atendimento nos casos de violência, incluindo o encaminhamento para a casa-abrigo com garantia de política contínua de proteção à mulher em situação de violência com garantia de moradia e política de emprego;
- Adotar incentivo fiscal para quem empregar a mulher em situação de violência;
- Considerar em toda a atuação estatal a diferença da desigualdade de gênero sofrida pelas mulheres negras, as que mais morrem nas estatísticas informadas pelos Estado, as que mais menos ganham e as que tem menos visibilidade nos casos de violência;
- Política estadual de gênero nas escolas que trabalhe a desigualdade de gênero e a importância de relações pacíficas e de respeito entre os gêneros;
- Política estadual de gênero e comunicação que obrigue os meios de comunicação das TVs abertas e rádios a terem programas voltados para educação de gênero e por relações não violentas de gênero;
- Política estadual de cultura de igualdade de gênero: elaboração de um programa de igualdade de gênero pela secretaria de cultura, com viés de atuação interinstitucional, com o objetivo de criar uma cultura de igualdade de gênero e raça;
- Política estadual de desenvolvimento e igualdade de gênero, na qual o Estado formule políticas de desenvolvimento e de gênero que incluam a abertura de postos de trabalho, de crédito para empreendimento de mulheres, de incentivos fiscais para as mulheres empreendedoras e para quem empregar as mulheres, em especial, as vítimas de violência e igualdade salarial para postos equivalentes;
- Política de igualdade de gênero e raça em que o Estado formule políticas de inclusão das mulheres negras, que enfrentem o empobrecimento, a violência, o encarceramento das mulheres negras e o racismo.

197. DIREITOS DE JUVENTUDE

198. Para a coligação Poder Popular Construindo o Piauí (PSOL/PCB), a juventude é compreendida como algo transitório, policlassista, pluriétnico e transversal para a nossa sociedade, havendo, pois, a necessidade de debatê-la em sua complexidade e discuti-la a partir de questões tanto relacionadas às políticas públicas quanto relativas a outros elementos da sociedade, como desenvolvimento, economia, segurança, direito a cidade, lazer, cultura, saúde, direitos humanos e uma variedade quase infinita de temas referente a essa expressiva camada social no Piauí.

199. Acreditamos que podemos propor ações, estudos e promover políticas públicas que fortaleçam a juventude, garantindo, porém, sua autonomia no processo de debate e construção coletiva e organizando um fazer participativo e de colaboração entre o Estado e as juventudes.

200. Propostas: direitos da juventude

- Construção de um Conselho Estadual de Juventude (órgão que terá a tarefa de estudo, pesquisa e conferências para captar dados e demandas da juventude, com um conselho fiscalizador para a execução de políticas públicas para a juventude no Piauí);
- Ouvidoria das Juventudes: escutar as propostas e demandas da juventude no Estado do Piauí;
- Juventude e direito a vida e lazer; Garantir espaços e aparelhos de cultura, lazer, diversão e estudos, criando oportunidades de convivência e experiência entre os jovens em sua plenitude e combatendo ações de exposição à violência estrutural criada pelas desigualdades e falta de oportunidades para as juventudes;

- Fortalecimento das identidades: um espaço que garanta as diversas expressões, respeitando as características étnico-sociais e culturais das diversas juventudes e populações, entendendo e sendo construídas por suas demandas; garantindo o seu protagonismo; atendendo as juventudes das populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas e as populações LGBTs jovens; e respeitando os seus entendimentos e a complexidade do que é ser juventude no Estado do Piauí.
- Juventude indo e vindo: garantia de liberdade de locomoção, tendo como princípio uma política de livre acesso para jovens no sistema de transporte metropolitano para os jovens desempregados e sem nenhuma renda, atendendo a critérios para o acesso a essa política pública de transporte e cidadania.
- Fortalecimento do Fundo Estadual da Juventude: rubrica específica para garantir a realização das políticas públicas para a juventude de forma autônoma ao que já deve ser destinado em cada pasta no tocante a juventude.

NEGROS E NEGRAS – QUESTÃO ÉTNICA

201. O Estado do Piauí se edificou a partir de duas mentiras histórias: a inexistência de indígenas em terras piauienses e a falsa versão da escravidão pouca numerosa e branda por se tratar de escravidão privada.

202. Na verdade, o Estado do Piauí se fez a partir de práticas de holocausto contra o povo africano, afro-brasileiro e povos originários a fim de desenvolver atividades pecuárias de gado bovino, em prol da produção econômica dos Estado da Bahia e de Pernambuco. Nesse processo, as terras foram doadas como prêmio pela matança de povos originários e pelos serviços prestados à coroa portuguesa, tendo como resultado finalístico a declaração de limpeza étnica por parte do governo local como cumprimento da meta da colonização.

203. O discurso de colonização hegemônico alimentou e ainda alimenta uma visão que estrutura a política equivocada de inexistência de povos indígenas no Estado do Piauí, ignorando os resultados dos últimos censos que comprovam cada vez mais a existência de pessoas que se autodeclaram indígenas.

204. A mentira da escravidão branda foi fortalecida pelo mito da democracia racial que fomenta o debate racial no Brasil ou a falta dele, o que exige um esforço mais amplo para reconhecer as estruturas do racismo epistêmico, institucional e socioambiental nas políticas de estado.

205. A questão étnico-racial no Estado do Piauí conta ainda com a ausência de reconhecimento de população indígenas. E a negritude figura apenas como uma especificidade de pouca relevância orçamentária, que fica a cargo somente da militância do movimento negro.

206. As duas dimensões da questão étnica do Estado do Piauí não são especificidades, são estruturantes da realidade piauiense que demanda uma atuação do Estado, de modo a considerá-la em todas as políticas sociais, com destaque para a educação, a economia, a cultura, a política socioambiental e a segurança, adotando como pressuposto o fato de que os efeitos do colonialismo permanecem como colonialidade expressa na inferiorização e subalternização de povos negros e indígenas.

207. Propostas Negros e Negras – Questão Étnica:

- Adotar a política de educação étnico-racial, tendo o compromisso de recontar a história do estado com a identificação de heróis e heroínas indígenas e negros e negras e com estratégias para enfrentar o racismo nas salas de aula;
- Identificar e valorizar a cultura sobrevivente dos povos originários, como as várias modalidades de samba de roda das comunidades negras rurais e estratégias socioambientais de proteção à vida de povos indígenas e negros;
- Reconhecer, promover e valorizar estratégias de produção tradicional local com a estratégia central de desenvolvimento econômico;
- Reconhecer o racismo presente nas políticas de segurança do Estado e atuar para enfrentar o racismo institucional e o extermínio da juventude negra;

- Reconhecer e regularizar territórios quilombolas e indígenas do estado;
- Promover política de museus em todo o Estado, com reconhecimento e valorização de heróis e heroínas negros e indígenas;
- Promover políticas culturais de enfrentamento ao racismo nas expressões culturais;
- Ampliar a política de cotas raciais na universidade estadual, para os campos epistemológicos e sociais de permanência na universidade.

LGBTI - EM DEFESA DAS NOSSAS VIDAS! VIDAS LGBTI IMPORTAM!!

208. O Brasil é um dos países que mais mata pessoas LGBTI no mundo. Apenas em 2017 foram registrados 445 assassinatos, segundo o Grupo Gay da Bahia. A cada 19 horas temos uma vítima de LGBTIfobia, o que representa um aumento de 30% em relação a 2016. Além disso, dados de 2012 apontam que nas violências LGBTIfóbicas 40% das pessoas são pretas e/ou pardas e 26% brancas. Assim, LGBTIs negras e pobres são mais vulneráveis às violências.

209. Os números preocupam porque há inúmeros casos não notificados, especialmente quando se referem às travestis e transexuais. O cenário é crítico: por conta dos crimes de ódio e da falta de políticas públicas, a expectativa média de vida de mulheres trans e travestis não passa de 35 anos. Além dos altíssimos índices de assassinatos, outras violências são recorrentemente sofridas pela população LGBTI: depressão, desemprego, dificuldades de constituir família, índices alarmantes de infecção por doenças como o hiv/aids e a sífilis, expulsões de casa, agressões verbais, tortura, assassinato, estupro corretivos, abandono na velhice etc.

210. Esta situação é um reflexo do agravamento da crise política no Brasil. O movimento LGBTI evidenciou muitas vezes as relações exclusas entre parlamentares fundamentalistas, interesses econômicos privados e esquemas de corrupção. Naquela altura, as forças políticas, inclusive da esquerda, subestimaram a luta contra o fundamentalismo no Congresso Nacional, pois acreditavam que a consequência da atuação deste setor era um problema exclusivo de mulheres e LGBTIs. Nestes últimos quatro anos, observamos que essas bancadas se tornaram peça fundamental do golpe institucional que destituiu Dilma Rousseff em 2016 e formou maioria para aprovação de políticas anti-populares.

211. Com Michel Temer, a vida das LGBTIs ficou ainda pior. O segmento foi diretamente afetado pelo desmonte total das leis trabalhistas, do SUS e SUAS e pelo congelamento de investimentos sociais por 20 anos. Intensificam-se projetos como o Escola Sem Partido, que proíbem o debate sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas. Movimentos como o MBL intensificaram campanhas contra a “ideologia de gênero” em exposições de museus e outras expressões artísticas. E a expressão do conservadorismo também se dá no plano eleitoral, tendo Jair Bolsonaro como um de seus perigosos expoentes.

212. Na falta de leis em favor dos direitos LGBTIs, o Judiciário tem assumido um papel ambíguo. Por um lado, a mobilização popular arrancou do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal dois grandes avanços em termos de igualdade formal da população LGBTI: a garantia do casamento civil para casais do mesmo gênero e, mais recentemente, um passo rumo à desburocratização da retificação do nome social para a população trans. No entanto, veio também do Judiciário autorização às terapias de reorientação sexual (a chamada “cura gay”) e censuras a peças de teatro e exposições sobre gênero e sexualidade. Isto demonstra quão frágeis podem ser as garantias dos direitos apenas pela via judicial. É preciso aprovar leis e construir novas políticas sociais em defesa dos nossos direitos!

213. No Piauí, a configuração não é diferente, o Piauí segundo relatório do GGB teve aumento de casos de assassinatos por LGBTfobia em 2017 em relação ao ano de 2016, quando não houve casos, o que demonstra a necessidade permanente do debate. Assim, é necessário que a pauta LGBT esteja no campo central do projeto de governo junto às pautas das Mulheres, da Negritude e do Desenvolvimento. Não se pode mais pensar a política LGBT como acessória, as nossas vidas importam e fazemos parte deste Estado.

- **214. Propostas LGBTI:**

- Defesa da saúde integral para pessoas LGBTI: fortalecimento da rede de saúde mental, despatologização das identidades trans e autonomia para as pessoas inter-sexo; formação permanente com profissionais da saúde sobre gênero, sexualidade e suas especificidades no atendimento; campanha permanente para enfrentar a epidemia de hiv-aids e demais IST (infecções sexualmente transmissíveis), bem como aumento de atendimento e interiorização da PrEP e PEP; linha de cuidado à saúde integral das mulheres lésbicas e bissexuais; criação de ambulatório trans; Campanhas de prevenção ao suicídio de pessoas LGBTI;
- Pelo direito de viver, vidas LGBTI importam: criação da rede de atenção estadual às vítimas e estrutura da secretaria de segurança para as delegacias de Direitos Humanos com formação permanente dos agentes; campanha estadual permanente contra LGBTIfobia;
- A cidade também é nossa: políticas afirmativas na aquisição de habitação para LGBTI; acolhimento para LGBTI jovens, idosos e em situação de rua; criação de unidades de acolhimento LGBT articulando assistência social, cultura e arte com editais específicos para projetos que desenvolvam ações afirmativas pró-LGBTIs;
- Treinamento das polícias para o respeito à diversidade e aos Direitos Humanos;
- Criação de motivação de discriminação por identidade de gênero e orientação sexual em registros nos protocolos de atendimentos em todas as instituições estaduais;
- Criação de portaria LGBTI que replique a Resolução Conjunta Nº 1 do CNPCP e CNCD/LGBT, para os direitos de pessoas LGBTI no sistema penitenciário;
- Criação de unidades de acolhimento e políticas afirmativas na aquisição de habitação popular para LGBTI;
- Rigor na responsabilização de famílias que abandonam ou demonstram incapacidade de criação de filhxs LGBTI;
- Ações afirmativas no acesso ao mercado de trabalho, como cotas de diversidade sexual e de gênero (com ênfase em travestis e transexuais) em empresas, modelo semelhante à cota dos portadores de deficiência, com obrigatoriedade variável em faixas de tamanho de empresas;

- Promover políticas de formação especializada para o mercado de trabalho; unificar políticas de educação e trabalho para o enfrentamento ao desemprego de pessoas LGBTI com especial cuidado com as trabalhadoras sexuais (em sua maioria, travestis e transexuais) que estão em situação de hipervulnerabilidade nas ruas;
- Implementação de políticas de ação afirmativa para acesso e permanência de pessoas LGBT em todos os níveis educacionais, com direito ao uso de nome social;
- Produção de material didático com perspectiva de diversidade de gênero e sexualidade para uso na formação de educadores, educadoras e estudantes.

CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

215. Uma parte significativa da história do Estado do Piauí foi de fomento à indústria da seca! A indústria da seca foi e ainda é importante estratégia de governo para carrear recursos federais, o que levou as gestões públicas do estado a assumir duas facetas: a de pobre e a de vítima da seca. E como política pública o repasse de recursos federais para combater a seca em forma de carro pipa que distribui águas como moeda eleitoral e a produção de açudes nos latifúndios.

216. Os movimentos sociais da agricultura familiar desde os anos de 1970 vem questionando a indústria da seca e daí foi construída a proposta de convivência com o semiárido ao invés de combate à seca, considerando que não temos seca, mas estiagens em razão da irregularidade na distribuição de chuvas durante o ano como peculiaridade climática.

217. Na última década, a política governamental tematizou a convivência com o semiárido como ideia e implantou algumas iniciativas oriundas dos movimentos sociais, mas não deixou de aplicar a distribuição de água que permanece atuando como moeda eleitoral, não adotou a proposta de educação para convivência com o semiárido e a política de captação de água da chuva permanece como prática dos movimentos sociais preponderantemente.

218. O programa de governo do PSOL adotará a perspectiva de convivência com o semiárido com destaque para as políticas educacionais, de gestão hídrica e socioambiental, de desenvolvimento e cultura.

219. Propostas Convivência com o Semiárido:

- Adoção da política de educação para convivência com o semiárido para toda a rede pública de educação do semiárido piauiense e para as políticas de estado efetivadas no semiárido com destaque para conhecer a caatinga, solos, composição hídrica, fauna e flora da caatinga, bem como a cultura tradicional de convivência com o semiárido;
- Adotar a gestão hídrica integrada e participativa do semiárido com valorização da captação de água de chuva e de pequenas aguadas e recuperação de nascentes;
- política socioambiental de valorização da caatinga como vegetação, estética e cultura;
- Política de valorização da pecuária de animais de pequeno e médio porte com potencial de convivência com o semiárido;
- Política de extensão rural para convivência com o semiárido com valorização de cultivo de espécies adaptadas às condições semiáridas.

AGRICULTURA

220. A agricultura no Piauí tem dois perfis: a produção de grãos para exportação e a agricultura familiar. Segundo o IBGE, a produção de grãos no Piauí teve aumento significativo em 2017 em razão do resultado ruim de 2016 e a melhora no perfil de chuvas. O aumento foi de 177%, alcançando 3.644.921 toneladas, o que significou um recorde na produção de grãos, especialmente, dos cerrados do Piauí.

221. O resultado acima não implica em tornar-se a maior produção de PIB do Estado. Segundo a Fundação CEPRO, o PIB do Piauí em 2015 ficou com variação percentual: Teresina 45,03%; Parnaíba, Picos, Uruçuí, Floriano, juntos com 12,72% e os demais municípios com 42,25% (JORNAL MEIO NORTE, 14/12/2017).

222. Os resultados informados trazem a informação de que a participação da agricultura de grãos não é protagonista na produção de riquezas no Piauí, considerando que quase a metade vem de Teresina, portanto de serviços e 42% vem de outros municípios com perfil de agricultura familiar e transferência de renda por meio de repasses.

223. A agricultura familiar representa, segundo Guanziroli, Di Sabbato e Vidalo (2014) 50,2% da produção total agrícola do Nordeste numa área menor que a dos não familiares (46,9% para os familiares) e com um financiamento também menor (36,9%).

224. O perfil demanda pensar a agricultura do Piauí em dois vieses: a agricultura não se trata da pauta principal do desenvolvimento do Estado; mesmo nessa área, a agricultura familiar tem forte protagonismo. Por isso a proposta do PSOL para a agricultura do Estado do Piauí está voltada para o fortalecimento da agricultura familiar e a busca de resolver problemas provocados pelo agronegócio e política desenvolvimentista no ataque à população local que vive da agricultura familiar e às condições socioambientais.

225. Propostas Agricultura:

- Implantar um novo modelo agrícola que valorize a agricultura familiar voltada para soberania alimentar, meio ambiente, cultura local, com práticas alimentares promotoras de saúde, respeito a diversidade cultural, econômica e sustentável;
- Reforma agrária e regularização fundiária das terras públicas com mudança na lei nº Lei Nº 6709 de 28/09/2015, a lei de regularização fundiária;
- Política de extensão rural com valorização de profissionais e mudanças no perfil do extensionismo rural de modo a prestação de serviço de natureza pedagógica com valorização dos conhecimentos tradicionais, não uso de agrotóxicos, respeito às condições socioambientais, regularidades de chuvas e perfil florístico;
- Política de incentivo à produção agrícola de quintais no campo e na cidade;
- Incentivar áreas de “Cinturão Verde” de forma que tenham uma produção diversificada, sejam economicamente viáveis, socialmente justa e ambientalmente correta.

PREVIDÊNCIA PÚBLICA E DIREITO À APOSENTADORIA

226. O Sistema de Previdência Pública Brasileiro, alvo de tantos ataques por sucessivos governos desde a Constituição Federal de 1988, sofre constantes reformas dos gestores do capital que tentam sugar todas as políticas sociais, como parte do projeto privatista em benefício do acúmulo de capital sem limites.

227. As propostas de reformas apresentadas tornam incontestes a serviço de quem estão os governos brasileiros, numa clara demonstração de que as primeiras “vítimas” das crises econômicas são os direitos trabalhistas e previdenciários. É importante afirmar que a previdência social não é uma esmola, mas resultado da contribuição do trabalhador durante sua vida laboral e exige que o mesmo seja inserido e passe a integrar o sistema previdenciário.

228. A Constituição de 88, por força das lutas em defesa da saúde e da previdência, teve de assegurar, ainda que formalmente, importantes reivindicações dos movimentos sociais, trabalhadores rurais e outros segmentos. A aposentadoria é uma dessas conquistas.

229. São amparados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS os empregados com carteira assinada, trabalhadores temporários ou avulsos, empregadas domésticas, contribuintes individuais e segurados especiais (trabalhadores rurais, índios, quilombolas que trabalham em regime de economia familiar etc). Servidores públicos das três esferas (União, Estados e Municípios) têm regimes próprios de previdência.

230. Importante frisar que a previdência social é abarcada pelo sistema de Seguridade Social, juntamente com assistência social e saúde. A previdência é destinada a trabalhadores e seus dependentes acometidos por alguma contingência social que lhes reduza ou elimine a capacidade de trabalho. Ao contrário da saúde e da assistência, que possuem caráter não contributivo ou universal, só acessa a previdência quem contribui com o INSS.

231. A Seguridade Social, através do INSS, oferece benefícios previdenciários, assistenciais e serviços previdenciários: aposentadorias (idade, invalidez, contribuição e especial), auxílios (doença, acidente, reclusão), salários (maternidade e família), pensão por morte, benefício assistencial (idoso e deficiente) conhecido como LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) ou BPC (Benefício de Prestação Continuada), os quais são pagos diretamente pelas seguradas e segurados e por toda sociedade, inclusive, desem-

pregados/desempregadas e miseráveis, pois tudo que consumimos traz embutido diversos impostos, que financiam a seguridade.

232. Na área da assistência social houve ampliação dos benefícios e o valor é de um salário mínimo. Na área da saúde, houve a universalização dos serviços médicos e hospitalares – SUS, unificando os regimes urbano e rural com o objetivo de promover a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços à população.

233. Como garantia de verbas para ampliação na área social, o legislador constituinte criou novas contribuições “carimbadas” para sustentação da Seguridade Social, integrando um conjunto de ações e iniciativa do Poder Público e da sociedade, para assegurar, exclusivamente, direitos sociais e somente nessas áreas deveriam ser aplicadas, é o caso do Cofins, Pasep, CSLL, concurso e Prognósticos, Importação de Bens e Produtos etc.

234. De olho nesse orçamento que é o segundo maior da União, perdendo apenas para os privilégios da dívida pública, os sucessivos governos almejam destruir essa conquista. Criam déficits e aterrorizam a sociedade, acusando-a de levar o Estado à falência por usufruir dos seus direitos - pelo discurso do governo a grande solução seria fazer a reforma da previdência.

235. Porém todas as reformas aplicadas (ou melhor, contrarreformas) foram pautadas em políticas neoliberais, de cumprimento das exigências do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), para privilegiar o capital e expropriar o trabalho e garantir o pagamento da dívida que nunca foi auditada.

236. O governo Collor, primeiro eleito pós-constituição, iniciou os ataques, seguido de seu vice, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda. Em 1994, desatrela o reajuste dos benefícios ao reajuste do salário mínimo, aumenta a alíquota de contribuição dos servidores públicos de 8% para 11% e cria o Fundo Social de Emergência ou DRU – Desvinculação da Receita da União, possibilitando desviar 20%, hoje 30% da arrecadação da Seguridade Social para o pagamento da dívida.

237. Em 1998, FHC realiza nova reforma. O tempo de serviço é substituído pelo tempo de contribuição e cabe aos trabalhadores a prova de que trabalharam e contribuíram. FHC criou ainda, o fator previdenciário, que diminui o valor do benefício, prejudicando, principalmente, quem começa a trabalhar muito jovem.

238. O governo Lula deu continuidade ao desmonte do regime próprio de previdência dos servidores públicos, abrindo caminho para a privatização, proposta derrotada no governo de FHC. Criou a previdência complementar, tornando obrigatória a participação de agente financeiro na constituição de fundo de pensão.

239. A reforma de Lula, 2003, contou com o apoio da CUT e até por isso conseguiu aprovar a taxação de aposentados e pensionistas, além do fim da paridade e integralidade dos vencimentos dos servidores, chamados erroneamente de privilegiados.

240. Em 2015, foi a vez do governo Dilma regulamentar a Funpresp, previdência privada ou fundo de pensão para servidores públicos, limitando o valor da aposentadoria de servidores públicos ao benefício pago pelo regime geral de previdência e desconsiderando o valor da contribuição - regime próprio 11%; regime geral 8%. Sem falar que os servidores públicos continuam sendo taxados mesmo após aposentadoria.

241. Além disso, foi instituída a fórmula 85/95, progressivamente, até atingir 95/100 anos. Isso considerando a soma tempo de contribuição e a idade. Detalhe: a idade mínima é taxativa. Ou seja, não interessa que você contribua desde os 14 anos de idade, pois a aposentadoria por tempo de contribuição acabou, um verdadeiro incentivo ao boicote institucionalizado à contribuição previdenciária pelo trabalhador jovem.

242. O governo impostor de Michel Temer tentou consolidar os entulhos anteriores, apresentando a proposta devastadora da previdência pública e exterminadora de direitos previdenciários. Após uma forte reação da classe trabalhadora e de seus Sindicatos, o governo foi obrigado a recuar, mas sabemos que vão continuar tentando.

243. A PEC 287/16, que trata da Reforma da Previdência, dentre outras alterações, propõe: extinção de aposentadoria por tempo de contribuição; estabelece idade única para aposentadoria (aos 65 anos) para o conjunto dos trabalhadores (urbanos e rurais; setor público e privado; professores; homens e mulheres); muda o cálculo e reduz o valor dos benefícios previdenciários em geral; proíbe acúmulo de benefícios, como pensões e aposentadorias; desvincula benefícios assistenciais e pensões do salário mínimo etc.

244. Não apenas o governo federal realiza contrarreformas. Enquanto o governo Wellington Dias critica a reforma previdenciária de Michel Temer, aplica a mesma aqui no Piauí e implementa reformas sem qualquer debate com a sociedade ou com os servidores.

245. Só para lembrar as mudanças que o Governo do Piauí já fez na previdência: extinguiu o Instituto de Previdência do Estado do Piauí – IAPEP; criou uma Fundação, como fundo de pensão previdenciário; fez auditoria na Previdência sem participação social e aprovou no calar de 2016, aumento da alíquota de 11% para 14% para servidores.

246. Em dezembro de 2017 foi a vez de o prefeito Firmino Filho copiar o governador e aumentar a alíquota de contribuição dos servidores. Os mesmos governos contratam profissionais defensores da reforma, como o neoliberal Raul Veloso, na tentativa de convencer a sociedade de que há déficit na previdência e de que temos que abrir mão dos nossos direitos para pagamento desse déficit. Enquanto isso, paulatinamente o governo do Piauí vai implementando a reforma sem debater com a sociedade, seja aumentando a contribuição ou adotando fundo de pensão;

247. Dessa forma, Wellington Dias aceita a chantagem do governo federal e se antecipa nas reformas adequando-as às exigências do mercado. Desse modo, a União condiciona a renegociação da dívida à implementação das reformas e o Piauí permanece obediente;

248. A grande pergunta que fica é: como um Estado que se dá o luxo de fazer renúncia fiscal e desvinculação de receitas destinadas à seguridade social pode ao mesmo tempo alegar que o grande problema dos gastos públicos no Brasil é a Previdência Social?

249. Não há de fato uma preocupação em solucionar os problemas da previdência social. Caso contrário, o debate seria em torno de sonegação, desvio de recursos financeiros, favoritismo e fraudes na concessão de benefícios.

- **250. Propostas Previdência Pública e Direito à Aposentadoria:**

- Realização da auditoria da dívida previdenciária do Estado;
- Denunciar a farsa do déficit da previdência que vem sendo montada ao longo dos anos, considerando argumentos políticos e técnicos resultantes de estudos e dados construídos em auditoria;
- Promover o acesso da população às informações verdadeiras, evitando chantagem dos governos neoliberais;
- Fortalecer a poupança previdenciária pela melhoria da política de empregos;
- Fim de isenções fiscais previdenciárias;
- Reforma tributária e combate à sonegação de impostos;
- Reforçar as iniciativas relacionadas à taxação das grandes fortunas;
- Melhorias dos ambientes e condições de trabalho, para que haja menos trabalhadores adoecidos com necessidade de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez;
- Fim da desvinculação de receitas da união, que permite que o governo desvincule 30% dos recursos destinados para saúde, educação e previdência para pagamento da dívida pública.